

MARIA CRISTINA MARTINS

**PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DE POPULARES SOBRE A CRIAÇÃO
E A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA, CEARÁ**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de
Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Ciência
Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

MARIA CRISTINA MARTINS

**PERCEPÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DE POPULARES SOBRE A CRIAÇÃO
E A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA, CEARÁ**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 31 de julho de 2009

Prof. Elias Silva
(Co-Orientador)

Prof. Gumercindo Souza Lima
(Co-Orientador)

Prof. Laércio Antônio Gonçalves Jacovine

Dra. Alécia Silva Ladeira

Prof. Guido Assunção Ribeiro
(Orientador)

“A realização de um sonho é poderosa e gloriosa prova de que nem sempre sonhamos em vão, e sendo assim podemos caminhar na segurança de que tudo valeu a pena...”.

Chiquinho da Floresta

Dedico esta dissertação a
minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização desta dissertação e ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

A toda minha família pelo apoio, incentivo e alegria nas vitórias, em especial aos meus pais, Fernanda e Daniel.

Ao Ibama e moradores do Distrito de Jericoacoara pela oportunidade de pesquisa.

Ao meu Orientador Professor Guido pelo apoio, amizade e soluções nas horas difíceis.

Aos meus Co-Orientadores Professores Elias Silva e Gumercindo pelo apoio e amizade.

Aos professores do DEF pela atenção, amizade e ajuda na realização desta dissertação.

A todos que contribuíram de forma direta e indireta para esta realização, em especial Fabrina, Kátia Pereira, Marco Amaro, Ricardo, Vanessa Maffia, e Vitor Hugo, que além da convivência, amizade e ajuda sempre tiveram paciência comigo.

A todos os funcionários do Departamento de Engenharia Florestal, em especial ao Chiquinho, Cida Lopes pelos cafezinhos, Ritinha e Alfredo.

A Neuza e Edvaldo da informática pela atenção nas horas difíceis.

A todos os colegas e amigos da pós-graduação e graduação pela convivência e troca.

A todas minhas amigas e amigos de Viçosa.

Ao meu professor Lucas da Via Campus.

A todos muito obrigado!

BIOGRAFIA

Maria Cristina Martins, filha de Fernando Antônio Martins e Maria das Graças Russi Martins, nasceu no dia 26 de junho, em Viçosa, Minas Gerais.

Em 2000, ingressou no Curso de Turismo, na Faculdade Evolutivo (FACE), em Fortaleza, Ceará, graduando-se em dezembro de 2003.

Em janeiro de 2003, iniciou-se o curso de pós-graduação *lato-sensu*, em Economia e Gestão Empresarial, na Fundação Getúlio Vargas, Fortaleza, Ceará, com término em 2005.

Em agosto de 2007 ingressou no mestrado em Ciência Florestal, junto ao Departamento de Engenharia Florestal, pela Universidade Federal de Viçosa, concluindo em julho de 2009.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
2.1. Unidades de Conservação.....	3
2.2. Legislação das Unidades de Conservação	4
2.3. A importância da criação do parque	9
2.4. Ecoturismo.....	10
2.4.1. Principais problemas encontrados para o desenvolvimento do ecoturismo	12
2.4.2. Proposta para amenizar os problemas do desenvolvimento do ecoturismo	12
2.5. Plano de Manejo	13
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	15
3.1. Área de Estudo.....	15
a) O estado do Ceará e o Distrito de Jericoacoara.....	15
b) Vila de Jericoacoara	16
c) Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara – APA	17
d) Parque Nacional de Jericoacoara – PNJ	18
3.2. Desenvolvimento da pesquisa	22
3.2.1. Aplicação de questionário e visita a campo.....	23
3.2.2. Análise dos dados	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1. Avaliação e descrição do Parque Nacional de Jericoacoara pelos administradores.....	25
4.2. Caracterização geral dos moradores do Parque Nacional de Jericoacoara.....	27
4.3. Caracterização das comunidades em relação à criação/implantação do Parque Nacional de Jericoacoara	35
5. CONCLUSÃO.....	43
6. RECOMENDAÇÕES.....	44
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXO.....	48

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Localização da área de estudo	15
Figura 2 – Serrote, dunas e a vila de Jericoacoara.....	16
Figura 3 – Estrutura física e atividade da pesca, Vila de Jericoacoara.....	17
Figura 4 – Limite e principais comunidades do PNJ.....	18
Figura 5 – Ecossistemas do PNJ e detalhe do cavalo-marinho	20
Figura 6 – Tipos de moradias dentro do PNJ	21
Figura 7 – Infra-estruturas do PNJ	22
Figura 8 – Posto de informação, após depredação pelos moradores.....	25
Figura 9 – O que é parque na sua visão, em porcentagem	36
Figura 10 – Processo de criação/implantação do PNJ em porcentagem	37
Figura 11 – Participação da criação/implantação do PNJ, em porcentagem.....	38
Figura 12 – Conflitos decorrentes da criação do PNJ, em porcentagem.....	39
Figura 13 – Benefícios do parque, em porcentagem	39
Figura 14 – Conhecimento sobre a definição do limite do PNJ, em porcentagem.....	40
Figura 15 – Marcos de cimento delimitando o PNJ	40
Figura 16 – Rua de Lagoa Grande limite do PNJ – lado esquerdo da rua é parque.....	41
Figura 17 – Como deveria ter sido a criação/implantação do PNJ, em porcentagem	41

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 - Caracterização dos moradores do PNJ e entorno, realizada em 2008 - 2009	27
Quadro 2 – Avaliação da visão ambiental e da influência do turismo e da criação da APA na rotina dos moradores do PNJ e entorno, realizada em 2008 - 2009	29
Quadro 3 – Avaliação do processo de criação do parque e dos efeitos causado na rotina dos moradores do Parque Nacional de Jericoacoara e entorno, realizada em 2008 - 2009	33

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PNJ - Parque Nacional de Jericoacoara

SEMACE - Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC's - Unidades de Conservação

RESUMO

MARTINS, Maria Cristina. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009.
Percepção dos administradores e populares sobre a criação e a gestão do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará. Orientador: Guido Assunção Ribeiro. Co-Orientadores: Elias Silva e Gumercindo Souza Lima.

O Parque Nacional de Jericoacoara foi criado a partir da recategorização da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, localizando-se nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no estado do Ceará. O parque visa a proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros brasileiros, além de controlar as atividades locais de educação ambiental, pesquisa científica e ecoturismo. Os Parques Nacionais são áreas de posse e domínio público. Dessa forma, as áreas devem ser desapropriadas na forma da lei, e a visitação pública deve ser regida por normas estabelecidas no plano de manejo. O presente trabalho analisou os impactos e as mudanças ocorridas com a transformação da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara - APA em Parque Nacional de Jericoacoara – PNJ, sob a ótica da população residente na área. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão bibliográfica e a pesquisa documental, tendo havido aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos administradores e à comunidade local e o uso da técnica da observação participante, visando a adquirir conhecimentos sobre o cotidiano da comunidade local. Os dados foram analisados por meio da tabela dinâmica do “Microsoft Office” o “Office Excel”. O critério para escolha dos entrevistados baseou-se no conhecimento e vivência no local. Segundo os administradores, são vários os problemas para administrar e gerir o parque, como a falta de recursos financeiros, de mão-de-obra para fiscalização e de material em geral. O PNJ, assim como a APA, foi criado e implantado sem a participação da comunidade, o que tem gerado vários conflitos. O parque ainda não possui plano de manejo. A partir dos dados obtidos, concluiu-se que não houve consulta pública no processo de criação do PNJ; os moradores sentiram-se enganados e sem perspectiva de benefícios após a efetivação do parque; o parque ainda não tem seus limites definidos, gerando conflitos com as comunidades do entorno, havendo possibilidade de remanejamento de algumas famílias que ficaram dentro do parque; houve proibição da pesca de arraste (tradição local); introduziram-se o respeito ao defeso e a restrição da captura de camarão, caranguejo e sururu; proibição de passeios turísticos; proibição da atividade agrícola; e demarcação das trilhas. Assim, é fundamental que com a delimitação, um menor número de famílias permaneça dentro do parque, para que não sejam atingidas pelas restrições legais e se tornem aliadas de sua preservação. Para a maioria dos moradores, a criação do PNJ teve por finalidade conter o crescimento da vila e dos turistas

que fixam moradia, e sua mudança de categoria ainda não causou impacto direto na comunidade, devido à falta de fiscalização e do plano de manejo, mas os moradores temem que essa situação possa prejudicar o turismo e o desenvolvimento regional. A área tem grande potencial como parque, mas sua implementação necessita da aceitação e participação da comunidade na tomada de decisão. A comunidade tem consciência da necessidade de proteção da unidade, faltando-lhe apenas conhecimentos básicos e programas de educação ambiental. Os ecossistemas do PNJ ainda se encontram desprotegidos, devido à falta de fiscalização, já que o contingente de funcionários está abaixo do necessário.

ABSTRACT

MARTINS, Maria Cristina. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2009. **Popular and manager perception about creation and management of Jericoacoara National Park, Ceará.** Adviser: Guido Assunção Ribeiro. Co-advisers: Elias Silva and Gumercindo Souza Lima.

The Jericoacoara National Park was created starting from the recategorization of the Jericoacoara Environmental Protection Area which is located in the districts of Jijoca, Jericoacoara and Cruz, Ceará State, Brazil, with the objective from to protect and to keep samples of the Brazilian coastal ecosystems and control local activities of environmental education, scientific researches and ecotourism. The National Parks areas are ownership from public control. In this way, these areas should be dispossessed in the law form and the public visitation should be governed by established norms at the management plan. The objective of this work was to analyze the impacts and the changes happened with the transformation of the Jericoacoara Environmental Protection Area – APA, in Jericoacoara National Park - PNJ on the point of view of the local population of the area. The used methodological procedures were the bibliographical and documental research. Field visits were realized to apply the applications of interviews semi-structured with administrators and the local community and others techniques were used to observation the daily population for acquire knowledge with them. The data were analyzed through dynamic table from "Microsoft Office" and "Office Excel". The criterion for choice the interviewees was based on the knowledge and local life. According to the administrators, they have several problems for conduct and management the park, as the financier, labor, fiscalization and material lack in general. PNJ, as well as APA, was created and implanted without the community's participation, what has been generating several conflicts. PNJ still doesn't have management plan. The obtained data results appointed: there was not public consultation during the process of PNJ creation; the residents felt cheated and without perspective of benefits after park executed; the park still doesn't have defined limits generating conflicts with the border communities; the families which live inside the park will removed; the fishing, shrimp, crab and sururu capture were prohibit (local tradition); prohibition of tourist walks, agricultural activity and trails demarcation. On this way for proceeds the park delimitation it is fundamental to reduce number of families inside the park, for the families doesn't be reached by the legal restrictions. That will be good because they can turn allied with the park preservation. For most of the residents, the PNJ creation had the purpose to contain the town and tourists growth; this new category haven't change direct impact in the community, because doesn't have fiscalization and management

plan, but the residents fear that situation can cause damage on the tourism and regional development. The area has great potential as park, but the implementation needs the acceptance and the community's participation into the all decision. The community has approve and understanding about the unit protection but they need basics knowledge and education environmental programs. The PNJ ecosystems still failed with protection, fiscalization and employees is below the necessary.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui vários ecossistemas, com uma grande diversidade de fauna e flora, que vêm sendo impactadas pela ação humana, tais como a pesca predatória, a caça, o turismo descontrolado, a poluição do solo e dos recursos hídricos, a ocupação desordenada, o desmatamento e os incêndios florestais. Como forma de proteger os ecossistemas, têm sido criadas unidades de conservação.

As unidades de conservação têm como importância a conservação e a proteção da biodiversidade para que gerações futuras conheçam a riqueza do seu país. Os parques e as reservas são fundamentais para a manutenção dessa biodiversidade, almejando-se com sua criação a manutenção de amostras significativas da fauna e flora (LIMA, 2003).

Os Parques Nacionais destinam-se à proteção integral, onde não é permitida qualquer interferência humana direta, mas eles possibilitam a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo. Deve integrar-se à realidade regional, proporcionando oportunidades de desenvolvimento. Bem administrado, o turismo gerado pela oportunidade de visitação a essas áreas pode trazer diversos benefícios econômicos para a própria unidade e para as comunidades do entorno.

Na criação de uma unidade de conservação podem surgir muitos problemas, comprometendo seu objetivo, como a falta de estrutura física, de recursos humanos, de um plano de manejo condizente com a região e a não participação social no processo de criação e de gestão. Por isto, há necessidade de estabelecer mecanismos e procedimentos visando ao seu envolvimento nos rumos da Política Nacional da Unidade de Conservação.

Jericoacoara é uma região privilegiada por grandes belezas cênicas. Por possuir um ecossistema frágil e pelo aumento do número de turistas que vão e fixam moradias, foi criada a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara - APA, visando a diminuir o crescimento da vila e proteger a biodiversidade da região.

Tendo em vista as ameaças ao equilíbrio ecológico, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - transformou a Área de Proteção Ambiental - APA de Jericoacoara em Parque Nacional de Jericoacoara - PNJ, visando à maior proteção e proporcionando oportunidades ao público, à educação e à pesquisa científica (BRASIL, Lei nº 11.486/2007).

A vila de Jericoacoara ficou fora do limite do parque, configurando uma “ilha” dentro da Unidade de Conservação - UC, sendo um distrito do município de Jijoca de Jericoacoara.

Devido a problemas oriundos da criação e implantação do PNJ, aliados à falta de um plano de manejo, vários conflitos vêm ocorrendo, dentre eles as modificações dos limites, a falta de recursos humanos para a fiscalização e a ausência de um estudo mais detalhado com a comunidade, buscando sua interação com o parque.

Nestes termos, a presente pesquisa foi norteadada pelas seguintes perguntas:

- A criação do Parque Nacional de Jericoacoara garantiu proteção aos ecossistemas que abrange?
- A mudança da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara para Parque Nacional de Jericoacoara provocou impactos na comunidade local?

A partir dessas perguntas, estabeleceu-se, como objetivo geral, analisar os impactos e as mudanças ocorridas com a transformação da Área de Proteção Ambiental em Parque Nacional de Jericoacoara.

Os objetivos específicos foram:

- Avaliar o impacto da mudança de categoria no desenvolvimento regional.
- Avaliar a aceitação da comunidade à mudança de categoria.
- Avaliar o potencial da área como Parque.
- Analisar a visão ambiental da comunidade.
- Analisar a estrutura local da nova unidade.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Unidades de Conservação

De acordo com o SNUC (Lei 9.985/2000, Art.2, I), o conceito legal de unidade de conservação é definido como o “espaço territorial com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Segundo Brasil (2001), *“no início, essas áreas de grande beleza cênica foram destinadas, em especial, ao desfrute da população das cidades norte-americanas que, estressadas pelo ritmo crescente do capitalismo industrial, tentavam encontrar no mundo selvagem a ‘Salvação da humanidade’, conforme a visão romântica e transcendentalista de seus propositores, entre eles John Muir e Thoreau. Predominava, portanto, uma visão estética da natureza, cuja difusão muito se credita a filósofos e artistas”*.

Milano (2000) afirma que *“os movimentos mais amplos voltados para a proteção de áreas naturais como espaços de uso público parecem ter surgido apenas no período da Revolução Industrial, decorrente possivelmente do incremento no número de pessoas em rotinas exaustivas de trabalho fabril que demandavam por espaços para recreação ao ar livre”*.

Os movimentos de proteção da natureza tiveram mais força nos Estados Unidos, onde foi criada a primeira unidade de conservação, o Yellowstone National Park, em 1872. Segundo Miller (1997), este parque é o melhor símbolo por preservar o esplendor cênico, a significação histórica e o potencial de lazer para os norte-americanos.

Depois dos norte-americanos, muitos países criaram parques e outras áreas protegidas, dentre eles o Brasil. A primeira unidade de conservação no Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia, foi criado em 1937, no estado do Rio de Janeiro, 65 anos após a criação do primeiro parque nos Estados Unidos.

Segundo Lima (2003), num período de 26 anos, o principal objetivo da proteção de áreas naturais era garantir os recursos naturais nela contidos. Em diversos países isso ocorreu sob diferentes aspectos e com o passar do tempo os objetivos dessas áreas foram assumindo contornos mais amplos, passando a ter efeitos inovadores também nos países europeus como a Suíça, que em 1914 criou seu primeiro parque para pesquisa. O autor cita exemplo da África do Sul, onde a criação do Kruger National Park ainda em 1898, fundamentava-se na

necessidade de criação de condições para a recuperação de populações de animais que eram massacrados pela ação humana. Lima (2003) afirma que, das primeiras unidades de conservação criadas até o momento presente, as preocupações com a conservação da natureza foram mudando, transcendendo o conceito original de área silvestre, que, além de preservar belezas cênicas, passaram a ter outros objetivos como proteger os recursos hídricos, manejo dos recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático e ecológico e preservação de recursos genéticos.

Existem muitos conflitos ambientais no entorno de áreas protegidas, devidos muitas vezes às desigualdades sociais criadas pela sociedade e pelo sistema econômico, que tendem à exclusão e marginalização. Esses conflitos também se devem, em parte, ao desconhecimento, por parte dos órgãos gestores dessas áreas, das necessidades da população do entorno.

2.2. Legislação das Unidades de Conservação

No Brasil, a proteção da biodiversidade tomou novo rumo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o qual propõe formas adequadas de gestão dessas unidades, promove atividades de pesquisa e a manutenção das populações tradicionais, estimulando-as social e economicamente e integrando-as no processo de desenvolvimento através da utilização de princípios de conservação da natureza.

As Unidades de Conservação – UCs dividem-se em dois grupos, conforme SNUC, Lei 9.985/2000; Decreto nº 4.340/2002:

- Unidade de uso sustentável, que somam sete (7) categorias, em que o aproveitamento econômico direto dos recursos é permitido, bem como a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- Unidades de proteção integral, que somam cinco (5) categorias, e têm como objetivo principal a preservação da natureza, não sendo permitida a exploração ou aproveitamento dos recursos naturais de forma direta, e sim para a educação, a pesquisa científica e o ecoturismo.

O presente trabalho tem como tema a categoria Parque Nacional, do grupo de proteção integral, que, de acordo com Kinker (2002), é uma área que se destina à proteção integral de ambientes naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa e recreativa, onde não se permite qualquer interferência humana direta. É uma categoria de unidade de conservação das mais importantes, pois possibilita a recreação em contato com a

natureza. Daí decorre sua importância, uma vez que as UCs devem se integrar à realidade regional, fornecendo oportunidades de desenvolvimento.

O Parque Nacional de Jericoacoara - PNJ, segundo a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, é uma área de proteção integral, que visa à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (SNUC, Lei 9.985/2000, Art.2, VI).

A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme determina o Art. 22 da referida lei.

O SNUC tem como diretriz, mencionada em seu Art. 5, III, a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, mas muitas destas são criadas sem a participação social. Outro agravante é que esse dispositivo respalda qualquer processo de consulta pública, mesmo aqueles menos participativos ou democráticos. No caso em tela, a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara foi criada pelo Decreto nº 90.379, de 20 de outubro de 1984. O Art. 5º, da Lei Federal nº 11.486, de 15 de junho de 2007, diz: “Fica extinta a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada pelo Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984” e reclassificada como Parque Nacional de Jericoacoara, que foi um dos primeiros a ser transformado em área de proteção integral depois de instituído o SNUC (BRASIL, Lei nº 11.486/2007).

O Parque Nacional de Jericoacoara foi criado buscando sempre estar em conformidade com a lei, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada, por meio do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. No qual se dispõe o capítulo seguinte:

CAPÍTULO IV – DA CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

Art. 22. *As Unidades de Conservação são criadas por ato do Poder Público*

§ 2 *A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme dispuser em regulamento.*

§ 5º *As Unidades de Conservação do grupo de uso sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a Unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º deste artigo.*

No mesmo artigo, o § 6º prevê que:

§ 6º A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação de seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2º desse artigo. No § 7º, tem-se que “a desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”.

Sob este título, os enunciados acima se referem à criação ou implantação de uma unidade de conservação. Determinado a ser reclassificada, a APA deixou de existir e foi implantado o PNJ. Portanto, estes preceitos devem ser observados e, uma vez que a delimitação da nova unidade de conservação será o cerne da questão e o ponto causador de maior controvérsia, deveria ser submetida à consulta pública.

A partir da delimitação do PNJ, várias famílias que vivem no local deverão ser remanejadas mediante desapropriação, uma vez que a unidade de conservação de proteção integral tem uma regulamentação mais severa que a Área de Proteção Ambiental. Mas segundo o Ibama (2009), hoje em dia, até os que eram radicais 10 anos atrás, contra a presença humana nas unidades de conservação, estão reconhecendo a importância das populações tradicionais que educadas ambientalmente, podem ser os melhores aliados na luta pela manutenção e até enriquecimento da biodiversidade.

Ainda segundo o Ibama (2009), o novo conceito de Populações Tradicionais é resultante da preocupação que a humanidade passou a ter como o meio ambiente, nos últimos trinta anos. A análise da destruição e da conservação dos recursos naturais permitiu perceber a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar tais recursos. Estes grupos humanos passaram a ser chamados de "Populações Tradicionais". Essas são, portanto, dinâmicas, estão em constante mudança, em sintonia com as mudanças que ocorrem na região e que chegam até elas. Estas mudanças não descaracterizam o tradicional, desde que sejam preservados os principais valores que fazem dela uma população conservadora do meio ambiente.

A transformação total ou parcial em unidades do grupo de proteção integral vem acontecendo em Jericoacoara, e, como citado anteriormente, foi um dos primeiros a ser transformado parcialmente em área de proteção integral depois de sancionada a lei do SNUC.

Art. 28. São proibidas, nas Unidades de Conservação quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu plano de manejo e seus regulamentos.

Parágrafo único. Até que seja elaborado o plano de manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas Unidades de Conservação de proteção integral deve se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se as populações tradicionais

por ventura residente na área as condições e os meios necessários para satisfação de suas necessidades materiais, sociais, e culturais.

No Brasil, muitas vezes isso não ocorre, na prática, já que a situação das UCs é precária por não possuir recursos financeiros, humanos e plano de manejo condizente com a região. De acordo com Lima (2003), em 27 Unidades de Conservação de Proteção Integral de Minas Gerais analisadas em seu estudo, 60% apresentaram nível insatisfatório de manejo, ou seja, constitui o que se chama de “parques de papel”, não possuindo regularização fundiária, recursos materiais, financeiros ou humanos suficientes, nenhum programa de proteção ou controle de incêndios, nem planos de manejo - elas funcionam sem um plano de manejo, com recursos materiais e humanos limitados e muitas sem Conselho Consultivo.

O PNJ procura, conforme previsto no Art. 29 do SNUC, a confecção do plano de manejo e da instalação do Conselho Consultivo.

Art. 29. *Cada unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e na hipótese prevista no §2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.*

O conselho deve ser efetivo e representativo da realidade em que está inserido e em consonância com a unidade e seu entorno. Assim, mesmo sendo consultivo, passa a assumir uma importância maior na deliberação de ações. É preciso que o SNUC reconheça a importância desse espaço de gestão, de modo que ele permita a descentralização de poder delegado aos órgãos gestores dessa unidade, e que se torne efetivo em suas ações. Tal conselho tem relevância no caso do PNJ, pois a delimitação do parque deve abranger o menor número de famílias possível através da participação real de técnicos e membros da comunidade local, para viabilizar a preservação dos ecossistemas, a manutenção da economia familiar dos pescadores e de pequenos artesãos que vivem da exploração turística no local. Afinal, estas comunidades não devem considerar a recategorização um empecilho a ser transposto para que suas necessidades antes atendidas pela exploração da pesca e do turismo continuem, mas agora restritas.

Lima et al. (2005) apontaram a deficiência na fiscalização como um dos grandes problemas no cumprimento dos objetivos das unidades de conservação. É importante que o processo de criação e implantação de uma UC ocorra de forma planejada, objetivando tornar as famílias aliadas na preservação daquele ambiente e agindo como verdadeiros fiscais. No PNJ, este é um dos grandes problemas encontrados pelo Ibama, que tem uma equipe

insuficiente em efetivo e não consegue fiscalizar todo o parque. Além disso, ainda vivem frequentes conflitos com a comunidade local, por considerarem o parque um empecilho ao crescimento.

Mesmo que a delimitação do parque vise a incluir o menor número de famílias possível em seus limites, haverá uma questão legal a ser transposta, que se revela no Art. 25 do mesmo diploma legal:

Art. 25 – *As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.*

§1º - *O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.*

§ 2º - *Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.*

Desta forma, a delimitação da nova unidade de conservação deverá, além de buscar limites que excluam o maior número de famílias, delimitar uma zona de amortecimento e corredores ecológicos. De acordo com o Art. 2, XVIII, “*zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;*” e no inciso XIX, “*corredores ecológicos são proporções de ecossistemas naturais ou semi-naturais ligando unidades de conservação que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior que aquela das unidades individuais*”.

Segundo Brasil (2005), Projeto Lei nº 44, MMA/2005: 12. “Toda área considerada Área de Proteção Ambiental se encontra na zona de amortecimento do Parque Nacional de Jericoacoara. A Lei 9.985, de 2000 como descrito no artigo acima, trata das zonas de amortecimento de Unidade de Conservação”.

Não há como manter moradores nos limites da UC, e a inexorável remoção de famílias resultará em impacto antrópico, uma vez que as comunidades tradicionais são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo local e vivem desta atividade econômica. Por outro lado, a regulamentação das atividades e a ocupação do entorno vão contra a criação do parque, pois a área continuará sendo explorada.

2.3. A importância da criação do parque

Segundo Bonfim (2001), as unidades de conservação assumem importante papel na conservação e, ou preservação da biodiversidade biológica do planeta, e para Oliveira (2000), os parques constituem importantes estratégias para a conservação da biodiversidade, objetivando, com sua implantação, a preservação de amostras representativas da fauna e flora, além de serem verdadeiros cartões-postais das belezas e riquezas de um país. A implantação de unidades de conservação, cuja categoria corresponde à proteção integral, vem causando efeitos negativos nos âmbitos sociais, políticos, ambientais, econômicos e cultural nas comunidades existentes no entorno devido a fatores como a desapropriação, a perda de vínculo das pessoas com o lugar onde nasceram e foram criadas, restrições e punições quanto ao uso direto da área.

Denominam-se entorno as áreas ao redor ou vizinhas ao parque, ocupadas por comunidades que nelas vivem, se reproduzem e se relacionam entre si com a unidade. A atividade humana resulta quase sempre em impactos de ordem positiva e negativa. Ressalta Faria (2000) que a atividade do homem gera impactos ao meio ambiente, não somente em função do atendimento às suas necessidades básicas, como também diante da demanda por ele criada de bens e serviços gerados por atividades produtivas.

No Brasil, o processo de criação e implantação de algumas unidades de conservação ocorria de forma errada, sem a participação da população local e de seu entorno nas discussões e na elaboração do plano de manejo.

Com a criação do SNUC Lei nº 9.985/2000 regulamentado, por meio do Decreto nº 4.340/ 2002, houve mudanças nas normas e critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, com a participação direta da população nas discussões.

De acordo com Cabral e Lima (2000), o reconhecimento das populações ligadas diretamente às Áreas Naturais Protegidas, como setores sociais importantes no processo de conservação e manutenção da diversidade biológica dessas áreas, é um processo recente. Segundo Diegues (1996), citado por Cabral e Lima (2000), tal reconhecimento se traduz em movimentos sociais que propõem o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da biodiversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais.

O Parque Nacional de Jericoacoara - PNJ foi criado para proteger a biodiversidade local, que se encontra ameaçada, a partir da APA de Jericoacoara (BRASIL, 2007). Elaborado de acordo com o SNUC, ele vem procurando a participação direta da comunidade do entorno

e as que hoje vivem dentro da área do parque na elaboração do plano de manejo, para evitar conflitos futuros.

Com a criação do parque, a vila de Jericoacoara, de aproximadamente 2.500 habitantes, ficou fora do limite, configurando uma “ilha” dentro da UC, comprimida entre o parque e o mar, mesmo assim não há possibilidade de todas as famílias serem excluídas do parque.

Tal situação poderá gerar conflito ao impor o deslocamento de algumas famílias, comunidades tradicionais da área do parque, ainda que estas pessoas tenham participação direta na gestão e nas decisões junto aos órgãos responsáveis. Isso poderá, também, gerar conflito por restringir a visitação ao cenário de extrema beleza, referência para o turismo local, acarretando ainda impactos econômicos sobre a população que tinha no turismo e na pesca sua fonte de subsistência.

No Ceará, Estado brasileiro reconhecido pela exuberância e beleza de seus recursos naturais, a preocupação com a preservação e conservação das características atuais destes locais, muitas vezes, tem sido deixada em segundo plano. Cita-se como exemplo a praia de Canoa Quebrada que, reconhecida pelas belezas naturais de sua paisagem, vem sendo descaracterizada com o passar do tempo. Outro exemplo é a praia de Jericoacoara que, em 1984, foi classificada pela revista americana *Washington Post Magazine* como uma das dez praias mais belas do mundo. Jericoacoara ainda conserva características de quando começou a ser explorada para fins turísticos. Entretanto, se não houver um bom planejamento das ações voltadas para o desenvolvimento do turismo, o local corre o risco de perder as peculiaridades que a tornaram atrativa (MARTINS, 2002).

2.4. Ecoturismo

Segundo a comissão técnica Embratur/Ibama (1995), o ecoturismo é o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, amortizando as ações com a natureza, bem como oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica nacional.

O expressivo crescimento do turismo de natureza está relacionado, segundo D’Amore (1993), citado por Kinder (2002), a dois fatores principais: a procura por melhor qualidade de vida, quando o homem sente a necessidade de encontrar um espaço fora do urbano e do caos,

que lhe transmita calma e alivie o estresse, e o surgimento e fortalecimento de uma ética ambiental.

Para que o ecoturismo garanta a sustentabilidade da atividade, é preciso ter a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural, a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora, e o desenvolvimento local e regional integrado. Segundo Ruschmann (1997), o turismo tem por objetivo o desenvolvimento coerente dos elementos físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais, para satisfação de turistas e empresários e deve, necessariamente, estar inserido em uma política global, empreendida pelo governo.

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876 como sugestão do Engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872) de criar dois Parques Nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação do primeiro Parque Nacional Brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia (PÁDUA, citado por GUAPYASSU, 2000). Em 04 de fevereiro de 2002, foi criado no estado do Ceará o Parque Nacional de Jericoacoara, onde se procura implantar o ecoturismo sustentável na região.

A palavra “ecoturismo” só começou a ser utilizada no começo dos anos 80, acompanhando o crescimento do interesse mundial pela integridade do meio ambiente natural, a necessidade de conservá-lo, e também como reação aos impactos negativos causados pelo turismo de massa em ambientes naturais. O que o diferencia dos demais segmentos do turismo de natureza é a aplicação de princípios e valores éticos, o comportamento do turista, o conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e o aspecto educacional (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Para a Embratur (1994), ecoturismo é a atividade que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

O ecoturismo deve seguir princípios (código de ética) e oferecer um lazer dirigido, para minimizar os impactos negativos e otimizar os positivos: isso significa compromisso. O ecoturismo tem compromisso com a conservação da área e com o envolvimento da comunidade visitada.

2.4.1. Principais problemas encontrados para o desenvolvimento do ecoturismo

Segundo Embratur (1994), são os seguintes os problemas encontrados para o desenvolvimento do ecoturismo:

- Superlotação, o desrespeito à capacidade de carga dos ecossistemas, gerando redução da qualidade da visita e degradação do meio ambiente natural e cultural;
- excesso na infraestrutura construída pelo homem, degradando a paisagem;
- ruído gerado por número excessivo de pessoas;
- alimentação dos animais pelos turistas, podendo gerar mudança de hábitos;
- produção de lixo, se o comportamento dos usuários não for adequado, pode exigir uma infraestrutura por demais onerosa;
- uso descuidado do fogo, a presença do homem em áreas naturais é muitas vezes a causa de incêndios, principalmente em épocas secas, comprometendo grandes extensões com a sua propagação;
- propagação de doenças e pragas trazidas pelo homem;
- uso dos recursos naturais de maneira não sustentável, como, por exemplo, o corte de árvores para obtenção de madeira para fazer fogo;
- coleta de suvenires;
- esgoto sem tratamento;
- a não aceitação da comunidade do entorno quando estas veem o parque como um lugar de benefício para as pessoas de fora e não para elas diretamente, chegando a entrar em conflito com os órgãos que a administram;
- os responsáveis pela administração dessas áreas acreditam que os parques existem primeiramente para gerar lucro, colocando esse objetivo acima dos objetivos de conservação; e
- o governo procura maximizar o retorno econômico dos parques por meio de implantação de estruturas impróprias para o ecoturismo, com é o caso de grandes hotéis, autoestradas campos de golfe, piscinas entre outras, correndo o risco de transformar a atividade em turismo de massa pelo grande afluxo de pessoas na área.

2.4.2. Proposta para amenizar os problemas do desenvolvimento do ecoturismo

Segundo Embratur (1994), são as seguintes as propostas para amenizar os problemas decorrentes do ecoturismo:

- O atrativo principal é a natureza conservada e a participação das comunidades locais do planejamento à execução das atividades ecoturísticas;
- produzir mínimo impacto no meio ambiente (não degradando o recurso natural e cultural);
- em relação à infraestrutura: utilizar arquitetura ambiental e culturalmente adequada; dar preferência ao uso de materiais reciclados/recicláveis e regionais; utilizar fontes de energia renováveis; preocupar-se com o destino do lixo e esgoto;
- utilizar análises de capacidade de carga, planejamento e monitoramento da visitação;
- despertar e sensibilizar o turista e a comunidade local, a fim de formar consciência ambientalista;
- promover e incentivar uma nova ética e um novo comportamento do turista em relação ao ambiente visitado;
- promover benefícios diretos e indiretos para conservação das áreas visitadas;
- promover benefícios econômicos e fortalecimento das comunidades locais; e
- promover/estimular o respeito pelas comunidades locais: orientar o turista, disponibilizando informações que valorizam o ambiente visitado; promover o respeito à cultura local.

2.5. Plano de Manejo

Segundo Ceballos-Lascuráin (1996), manejo é um conjunto de ações que lidam com operações diárias, necessárias para alcançar os objetivos de um plano. Manejo de uma área protegida significa lidar adequadamente com todos os recursos existentes nela, biofísicos ou humanos. Para tanto, é necessário que se tenha conhecimento dos processos ecológicos e também das atividades humanas que ocorrem nessas áreas, e em seu entorno, e que interferem nesses ecossistemas.

Segundo o SNUC (BRASIL, 2000), o plano de manejo é o instrumento oficial de planejamento das UCs. Trata-se de um processo dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma UC, caracterizando cada uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade. Deve abranger também seu entorno e incluir medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

De acordo com Kinker (2002), a metodologia atualmente utilizada para a estruturação de um plano de manejo propõe fases contínuas e se caracteriza por ser participativa, envolvendo vários segmentos da sociedade. O planejamento leva em consideração os componentes e as influências da região onde estão inseridas as unidades, programando ações que valorizem os elementos regionais.

O manejo de área protegida é uma forma especializada de uso da terra e pode ser muito complexo. É de extrema importância para a sustentabilidade dos recursos e, conseqüentemente, da atividade ecoturística. Segundo Valentine (1993), uma pesquisa feita com administradores de parques revelou que há uma grande preocupação com o aumento do número de visitantes e a falta de recursos para o manejo dessa visitação, sendo que os governos não suprem as unidades com os recursos necessários.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. Área de Estudo

a) O estado do Ceará e o Distrito de Jericoacoara

O estado do Ceará está localizado na Região Nordeste do Brasil, situando-se no extremo oriental da América Meridional, quase totalmente inserido no "Polígono da Seca", no semiárido (Figura 1).

O Distrito de Jericoacoara situa-se a noroeste do estado do Ceará, a cerca de 21 Km da sede do município de Jijoca de Jericoacoara e de 313 km da capital Fortaleza com acesso pelas BRs 222 e 402, passando pelas CEs 085, 422, 354, 402 e 179. Com coordenadas geográficas latitude 2° 47' 37" e longitude 40° 30' 47", seu clima é tropical quente semiárido brando, com chuvas de janeiro a maio, com precipitação pluviométrica de 826,8 mm (média histórica), e temperaturas médias oscilando entre 22°C e 35°C. Seu relevo é de Planície litorânea e Glacis pré-litorâneos, e a vegetação é do complexo vegetacional da zona litorânea (FUNCEME, 2009).

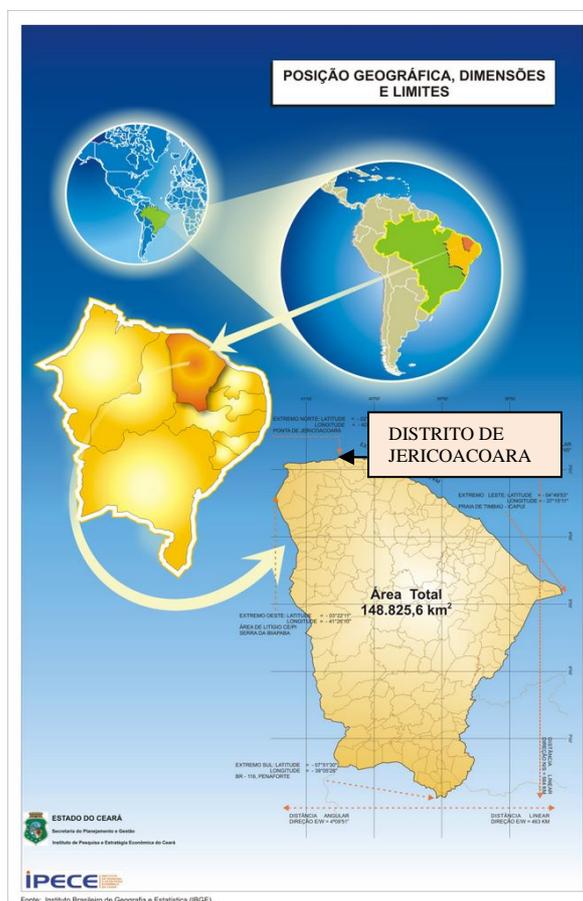


Figura 1 - Localização da área de estudo

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citado por Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE – 2009.

b) Vila de Jericoacoara

A Vila de Jericoacoara (Jericoacoara) fica numa baía entre o serrote a oeste e campo de dunas móveis a leste. É cercada por dunas móveis com areia quartzosa. Na época de chuvas, formam-se diversas lagoas temporárias (Figura 2).



(a) – Vila de Jericoacoara entre o serrote e o campo de dunas. Jun. 2008.



(b) – Vila de Jericoacoara. Jun. 2008.

Figura 2 – Serrote, dunas e a vila de Jericoacoara.

Os moradores mais antigos da vila contam que Jericoacoara até 1985 era apenas uma aldeia de pescadores com 580 habitantes vivendo da pesca. O acesso a Jericoacoara por Jijoca ou Camocim era feito por caminhada e não havia energia elétrica.

Hoje, com a expansão do turismo, a vila possui uma população cerca de 2200 pessoas. Suas ruas não têm calçamento, e a chegada da energia elétrica foi em 1998. A iluminação das ruas é feita pela energia das casas e das áreas comerciais, não existindo postes, o que mantém as características de vilarejo.

A Vila de Jericoacoara continua quase isolada. O acesso depende de veículos especiais (veículos 4 X 4) para atravessar os quilômetros de dunas. Nestas três décadas, após ter sido criada a APA, tem sido harmoniosa a relação entre os turistas que chegam e fixam moradias e os moradores locais, que transformaram suas casas simples em pousadas e restaurantes. A pesca ainda é uma das principais atividades, mas o turismo cresceu e hoje junto com a pesca são as principais fontes econômicas (Figura 3).



(a) – Bares e restaurantes de Jericoacoara. Fev. 2009.



(b) – Atividade da pesca. Jun. 2008.



(c) – Rua do Forró – Jericoacoara. Fev. 2009.



(d) – Pousada em Jericoacoara. Fev.2009.

Figura 3 – Estrutura física e atividade da pesca, Vila de Jericoacoara.

c) Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara – APA

A Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada em 1984, foi estabelecida pelo Decreto nº 90.379, de 20 de outubro de 1984. Por meio de uma lei federal, foram determinadas diversas normas a serem aplicadas no local. A fiscalização e o controle da APA eram de responsabilidade do Ibama (BRASIL, Lei nº 11.486/2007).

A APA tinha como limite leste a Praia do Preá, e como limite oeste a Vila de Guriú. Os limites se estendiam até cerca de 10 km de distância do litoral, e neles estavam incluídos os mais diversos cenários: dunas móveis gigantescas, lagoas de água cristalina, manguezais, coqueirais, praias e enseadas com mar calmo, praias de oceano com ondas rochosas, cavernas, entre outros (FONTELES, 2000).

A APA foi dividida em 8 (oito) ecossistemas, não sendo permitida a construção de estradas, a caça, a pesca predatória. A vila de Jericoacoara é o único local onde se permitia construção, a qual poderia ter no máximo 7 (sete) metros e meio de altura. A área construída podia ocupar no máximo 1 (um) km² da APA e devia obedecer a diversas restrições, mantendo o padrão arquitetônico existente, ocupando no máximo 50% do terreno e ter no

mínimo 250m². A construção de novas pousadas e hotéis estão proibidos desde 1992 pela Instrução Normativa nº 4 do Ibama.

A criação da APA não teve a participação direta de comunidade, que foi aos poucos se envolvendo no processo. A maioria das pessoas não tinha clareza da sua ação, sendo estas conduzidas pela expectativa de melhoria de vida.

Após a criação do PNJ, a área considerada APA se encontra na zona de amortecimento do Parque Nacional de Jericoacoara. A Lei nº 9.985 de 2000, nos Artigos 2º, inciso XVIII, 25 e 46, trata das zonas de amortecimentos de Unidades de Conservação (BRASIL. Projeto Lei. nº 44/2005).

d) Parque Nacional de Jericoacoara – PNJ

A Figura 4 mostra a área onde foi desenvolvido o trabalho.



Figura 4 – Limite e principais comunidades do PNJ

Fonte: Ibama - 2008.

O Parque Nacional de Jericoacoara foi criado pelo Decreto Federal s/n, de 04 de fevereiro de 2002, a partir da recategorização da Área de Proteção Ambiental – APA de Jericoacoara, estabelecida pelo Decreto Federal nº 90.379 de 29 de outubro de 1984, nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, Estado do Ceará, com uma área de 8.416,00 hectares. A maior parte da APA foi convertida em Parque Nacional, somente a vila de Jericoacoara permaneceu como APA. A Lei nº 11.486/2007 altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002, e aumenta a área do parque para 8.850,00 hectares.

O PNJ, com uma área de 8.850,00 hectares, abrange oito ecossistemas, conforme definição do Ibama em Lei nº 11.486; (serrote, base do serrote, complexo de dunas migrantes e fixas, lagoas permanentes, tabuleiro, manguezais, praias arenosas e uma vila de moradores),

alguns estão ilustrados na Figura 5. A Vila de Jericoacoara passou a ser distrito do município Jijoca de Jericoacoara, onde o turismo é uma das principais atividades econômicas. O Art. 5, da Lei Federal nº 11.486, de 15 de junho de 2007, diz: “Fica extinta a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, criada pelo Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984” (BRASIL, Lei nº 11.486/2007).

Segundo Brasil (2005), com a alteração do limite do parque feita em 9 de agosto de 2005, foram incluídas no PNJ algumas dunas fixas e tabuleiros, cobertos por vegetação nativa em excelente estado de conservação, bem como o manguezal do rio Guriú, área preservada de mangue, importante para reprodução e manutenção das populações em relação a diversos produtos da pesca na região, sendo local de ocorrência de uma expressiva população de cavalos-marinhos (*Hippocampus hippocampus*), como mostrado na Figura 5 (g).



(a) – Lagoas permanentes. Jun. 2008.



(b) – Serrote. Jun. 2008.



(c) – Mangue vermelho. Jun. 2008.



(d) – Dunas. Jun. 2008.



(e) – Formações rochosas “Pedra Furada”. Jun. 2008.



(f) – Vila de moradores e base do serrote. Jun. 2008.



(g) – Exemplar de cavalo-marinho. Rio Guriú. Jun. 2008.

Figura 5 – Ecossistemas do PNJ e detalhe do cavalo-marinho

Dentro da área do parque é proibido o uso direto dos recursos, por isso algumas famílias que continuam morando na área, terão que ser indenizadas e retiradas, Figura 6. A atividade da pesca que é uma das principais fontes de renda da comunidade terá que ocorrer a partir de 8 km da costa da praia definida como zona de amortecimento.



(a) – Casa em Mangue Seco. Fev. 2009.



(b) – Casa em Jericoacoara. Jun. 2008.



(c) – Casa em Lagoa Grande. Fev. 2009.



(d) – Casa em Jericoacoara. Fev. 2009.

Figura 6 – Tipos de moradias dentro do PNJ

O parque ainda não possuía um plano de manejo até recentemente (2008). Segundo a administração da UC, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO /Ministério do Meio Ambiente - MMA contratou o trabalho que se encontra em fase de elaboração por uma empresa do Panamá.

O quadro funcional do parque, durante o período da pesquisa, conta com 16 (dezesesseis) funcionários, sendo 6 (seis) do ICMBIO/Ibama; 3 (três) terceirizados; 1 (um) estagiário; 2 (dois) serviços gerais; e 4 (quatro) vigilantes.

A infraestrutura conta com 3 (três) guaritas, uma em cada entrada do parque, sede administrativa, alojamento e residências funcionais. Fora dos limites da UC existe sinalização das trilhas de acesso à Vila de Jericoacoara e a postos de informações (Figura 7).



(a) – Guarita – Mangue Seco. Fev. 2009.



(b) – Placa da sede do PNJ. Fev. 2009.



(c) – Entrada da sede do PNJ. Fev. 2009.



(d) – Alojamento e residências funcionais. Fev. 2009.



(e) – Placas de sinalização. Fev. 2009



(f) – Placa informativa. (Não saia da trilha evite Multas) Fev. 2009

Figura 7 – Infra-estruturas do PNJ

3.2. Desenvolvimento da pesquisa

Foram utilizadas na coleta de dados a pesquisa teórica, descritiva e a observação participante.

As pesquisas teórica e documental foram realizadas a partir de uma revisão bibliográfica, para levantamento de dados secundários, em que foram coletadas e analisadas as informações de projetos e trabalhos já existentes sobre a área.

Os dados de campo foram coletados a partir de uma entrevista semiestruturada junto à comunidade local. Entrevista semiestruturada consiste na formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada (COLOGNESE, 1997). Na entrevista semiestruturada o entrevistador tem uma participação ativa. Apesar de observar um roteiro, podem-se fazer perguntas adicionais para esclarecer questões visando a melhor compreender o texto.

Os dados foram analisados por meio da tabela dinâmica do “Office Excel”, do “Microsoft Office”. Para análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva. Os dados

foram organizados com a finalidade de proporcionar uma visão melhor do assunto em estudo, e são apresentados no estudo por meio de quadros e gráficos (BOTELHO e MACIEL, 1983).

Foi utilizada, ainda, a técnica da observação participante, com o objetivo de adquirir conhecimentos sobre o cotidiano da comunidade local, como moradora da área do parque. Segundo Mann (1975), a técnica da observação participante refere-se a uma situação em que o observador fica tão próximo quanto um membro do grupo que ele está estudando e participa de suas atividades normais.

O observador participante usa suas observações iniciais como pontos estratégicos, sobre os quais se formulam apontamentos, que podem ser reformulados ou redefinidos de acordo com o contexto em que se dá a observação, viabilizada através de fotos.

3.2.1. Aplicação de questionário e visita a campo

A aplicação de questionário e a visita a campo foram realizadas nos meses de janeiro, junho e dezembro de 2008 e de janeiro a março de 2009, nas comunidades de Jericoacoara, Mangue Seco, Preá/ Cruz, Lagoa Grande e Chapadinha.

A aplicação de questionário (ANEXO) foi em forma de entrevista semiestruturada, aos administradores do parque e moradores locais.

Para os administradores, o questionário teve por objetivo manter o primeiro contato, para conhecer a estrutura e os principais problemas para administrar e gerir o parque, além de uma base para entrevistar os moradores.

O critério para escolha dos moradores que foram entrevistados baseou-se no alto conhecimento e vivência que cada um tinha com o local.

O questionário teve o objetivo de traçar o perfil do morador, sua relação com o local e conhecimento sobre o tema do presente estudo, além da sua visão ambiental.

Segundo Gil (1987), citado por Bontempo (2006), a entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula algumas perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à investigação. Trata-se de uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes coleta o dado e a outra se apresenta como fonte de informação.

O entrevistador tem que ouvir e interpretar o que foi dito pelo entrevistado, preocupando-se em não se envolver diretamente, o que poderia prejudicar a conclusão e interpretação do que foi respondido.

Na área de estudo, foram aplicados 50 (cinquenta) questionários aos moradores de 5

(cinco) comunidades, um morador por casa, escolhido aleatoriamente, e para fins práticos do estudo, foram consideradas pessoas que residiam no interior e no limite do parque. A amostragem foi distribuída em: Vila de Jericoacoara, 18 (dezoito) questionários; Mangue Seco, 11 (onze) questionários; Preá/Cruz, 7 (sete) questionários; Lagoa Grande, 8 (oito) questionários; e Chapadinha, 6 (seis) questionários. Apenas duas residências não foram visitadas porque os moradores estavam ausentes.

Na sede do Parque Nacional de Jericoacoara, o questionário foi respondido por três (3) funcionários do ICMBIO/Ibama.

3.2.2. Análise dos dados

A segunda fase do trabalho consistiu na codificação, tabulação e análise dos dados a partir da estatística descritiva, utilizando tabela dinâmica do “Office Excel”. Os dados foram organizados com a finalidade de proporcionar uma visão melhor do assunto em estudo, conforme será apresentado nos resultados e discussões.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor apresentação e compreensão dos resultados, este capítulo foi subdividido nos seguintes tópicos: Avaliação e descrição do Parque Nacional de Jericoacoara pelos administradores; Caracterização dos moradores e do entorno do Parque Nacional de Jericoacoara; e Caracterização das comunidades em relação à criação/implantação do Parque Nacional de Jericoacoara.

4.1. Avaliação e descrição do Parque Nacional de Jericoacoara pelos administradores

O questionário aplicado aos administradores do PNJ teve o objetivo de conhecer o parque e os principais problemas e conflitos gerados com sua criação.

A infraestrutura do parque é composta por 3 (três) guaritas, sendo uma em cada entrada da unidade, uma sede administrativa, um alojamento e residências funcionais localizadas dentro do limite do parque. Fora dos limites da unidade de conservação, encontram-se placas de sinalização das trilhas de acesso a Jericoacoara e posto de informações.

O posto de informação localizado na praia de Jericoacoara era conhecido pelo nome “redondo”. Recentemente, em fevereiro de 2009, ele foi destruído pelos moradores, em um momento de tensão política na região, por considerarem que a construção atrapalhava a área da praia, prejudicando a visão do mar, como mostra a Figura 8.



Figura 8 – Posto de informação, após depredação pelos moradores. Fev. 2009.

Segundo os administradores, são vários os problemas encontrados para administrar o parque, dentre eles, o financeiro; a falta de material em geral; e conflito entre categoria da unidade de conservação, seu “desenho” e ocupação humana da área. A falta de mão-de-obra resulta na falta de fiscalização. Isso tem gerado vários conflitos entre os moradores e prestadores de serviço, dentre eles, aqueles que trabalham com o transporte na região. Muitos

turistas alugam carros e não utilizam as trilhas, prejudicando aqueles que são cadastrados junto à associação dos transportes para a atividade.

Quanto à criação da APA, a justificativa para ter sido escolhida essa categoria e não outra UC foi mais política do que preservacionista. A região vive do turismo e para conter o crescimento desordenado e a especulação imobiliária, e ao mesmo tempo continuar a crescer, criou-se a APA que foi dividida em 8 (oito) sistemas de terra. Somente na vila foram permitidos o desenvolvimento e o crescimento. Com isto, ela aumentou seu tamanho em duas (2) vezes com aumento da população nos últimos anos.

O processo de criação/implantação da unidade não foi participativo, as pessoas “dormiram vila e acordaram APA”, o que gerou muitos conflitos, desconfiança e pouca aceitação dos moradores, já que não sabiam nem mesmo o que era uma APA.

No período em que a área permaneceu como APA, foi desenvolvido um projeto de reciclagem de lixo na região, já que a população crescia muito a cada ano, mas não deu certo por problemas e conflitos políticos.

Segundo eles, a criação do PNJ foi também uma questão mais política do que preservacionista tentando conter o crescimento populacional, o que poderia levar à escassez dos recursos naturais.

O processo de criação/implantação do parque não foi democrático. Ele foi negativo pela não participação da comunidade, o que continua gerando vários conflitos. Os moradores da região não foram preparados para essa mudança, eles “dormiram APA e acordaram parque”.

O parque ainda não possui um plano de manejo. Entretanto, recentemente, foi contratada uma empresa estrangeira pelo ICMBIO/MMA, sediada no Panamá, para a elaboração do plano.

Os administradores esperam que mesmo com todo problema de criação e aceitação da comunidade, aos poucos eles se envolvam no processo como aconteceu com a APA. O mesmo foi constatado por Porfírio (2006) na sua pesquisa no Parque Nacional Estadual Serra do Rola-Moça em Belo Horizonte - MG, que para a efetiva conservação dos ecossistemas é preciso implementar políticas educacionais, promovendo a aproximação entre o morador do entorno e o parque, garantindo a conservação dos seus recursos naturais.

4.2. Caracterização dos moradores e do entorno do Parque Nacional de Jericoacoara

Fez-se uma análise dos impactos e das mudanças ocorridas com a transformação da Área de Proteção Ambiental em Parque Nacional de Jericoacoara, assim como dos vários problemas surgidos, comprometendo seu objetivo, como a falta de estrutura física, de recursos humanos, de um plano de manejo condizente com a região e a não participação social no processo de criação e de gestão, do conhecimento da comunidade sobre o aspecto ambiental, assim como sua importância e o perfil dos mesmos (Quadros 1, 2 e 3).

Na região, Quadro 1, o número de respostas de pessoas do sexo masculino predominou com 68%. Talvez a predominância do sexo masculino possa ser explicado pela baixa expectativa de vida das mulheres da região. A vila tem apenas um médico (Especialista em Ginecologia), uma dentista e um posto de saúde (que não funciona).

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados do PNJ e entorno, realizada em 2008 – 2009

Variável	%	Variável	%
1. Sexo		2. Idade	
1. Feminino	32	1. 15 a 25	14
2. Masculino	68	2. 26 a 35	8
		3. 36 a 45	30
		4. 46 a 55	20
		5. Acima de 56	28
3. Local de origem		4. Local de residência	
1. Jericoacoara	16	1. Jericoacoara	36
2. Mangue seco	20	2. Mangue seco	22
3. Preá/cruz	18	3. Preá/cruz	14
4. Lagoa grande	14	4. Lagoa grande	16
5. Outros	32	5. Chapadinha	12
5. Tempo na região		6. Grupo familiar – (número de filhos)	
1. 1 mês a 10 anos	10	1. 1 a 5 filhos	54
2. 11 anos a 20 anos	14	2. Acima de 6filhos	34
3. 21 anos a 30 anos	14	3. Não tem filhos	12
4. 31 anos a 40 anos	16		
5. 41 anos a 50 anos	12		
6. Acima de 51 anos	34		
7. Ocupação		8. Como é a pesca hoje em relação há anos atrás	
1. Pesca	34	1. Melhor	14
2. Turismo	34	2. Pior	84
3. Artesanato	12	3. Não sei	2
4. Agricultura	16		
5. Outros	4		
9. Quantas pessoas da família trabalham		10. Nível de instrução	
1. Nenhum		1. Sem escolaridade	36
2. 1 a 5	4	2. Primeiro (1º) grau incompleto	32
3. 6 a 10	88	3. Primeiro (1º) grau completo	8
4. Acima de 11	4	4. Segundo (2º) grau incompleto	14
	4	5. Segundo (2º) grau completo	2
		6. Superior completo	2
		7. Nível superior	6

Com relação à idade dos moradores, os resultados indicaram um predomínio das faixas etárias de 36 a 45 anos com 30%, acima de 56 anos com 28% e de 46 a 55 anos com 20%. O predomínio dessas faixas etárias, que somadas dão 78% dos entrevistados, foi um parâmetro para a escolha dos entrevistados e de grande importância para a realização desse trabalho, devido ao alto conhecimento do morador e vivência com o local.

Com relação ao local de origem dos entrevistados, houve predominância dos residentes de outras localidades tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Itália, com 32%. Este resultado comprova um dos principais motivos que levaram à criação do Parque Nacional de Jericoacoara, que é o aumento do número de turistas, que vão e fixam moradias, implicando a especulação imobiliária e o crescimento desordenado da região.

Os locais de residência estão dentro do parque ou ficam próximos de seus limites. A Vila de Jericoacoara com 36% é o maior índice, por esta possuir uma maior população com aproximadamente 2.500 habitantes e ser o principal ponto turístico da região.

Observou-se uma relação entre a idade dos moradores e o tempo em que se encontram na região, somando 90% os que estão há a mais 10 anos na região e desses, 62% estão lá há mais de 30 anos. Conclui-se que grande parte dos moradores vivenciou a criação e a implantação da APA de Jericoacoara, e a sua transformação para Parque Nacional de Jericoacoara.

Em relação ao grupo familiar, percebe-se uma média considerável de filhos por entrevistado, sendo 1 a 5 filhos com 54%, seguido de “acima de 6 filhos” com 34% e os que não possuem filhos são apenas 12%. O que chama a atenção é que a porcentagem de entrevistados que possuem mais de 6 filhos é bastante expressiva, como determinado entrevistado que possui 47 filhos, com diversas mulheres.

Com relação à ocupação dos entrevistados, os resultados indicam um predomínio de duas atividades: a pesca e o turismo, totalizando 68%. A pesca antigamente era a única atividade da região. Atualmente o turismo teve crescimento bastante acentuado, já que a região possui grandes atrativos paisagísticos e cênicos. A agricultura tem uma porcentagem considerada e o artesanato também, envolvendo as atividades voltadas para a pesca, pela confecção de redes e artigos regionais, para atendimento às demandas dos turistas. Na categoria “outros”, estão os prestadores de serviços e comércio.

Há muitos anos, antes mesmo de a região se tornar APA, a pesca era uma atividade de subsistência. Atualmente percebe-se que ela ainda é uma das principais atividades da região, mas quando perguntado aos moradores como é a pesca hoje em relação ao passado, os entrevistados responderam “pior” com 84%, seguido de “melhor” com 14%. Para muitos, ela

piorou devido às várias imposições com a criação do parque. Outros a consideraram melhor, porque além dos equipamentos mais modernos para a atividade, o grande número de turistas na região gera mercado certo e preço valorizado para o pescado.

Os dados mostram uma região com um alto índice de pessoas que trabalham, por família (1 a 5 pessoas com 88%). Estes dados comprovam que a chegada do turismo trouxe outras oportunidades de empregos para a região.

O nível de instrução dos moradores mostra uma baixa escolaridade, com 68% dos moradores possuindo até o 1º grau incompleto. A maioria dos moradores não tem escolaridade pelo fato de serem pescadores mais antigos da região e esta não possuía escola e nem professores. Outra frequência que chama a atenção é a do primeiro grau incompleto. Ou seja, aprendiam quando viajavam para outra região, porque era imposto pelos pais. Entretanto, a necessidade de auferir alguma renda fazia com que abandonassem os estudos e retornassem para a atividade da pesca. Os entrevistados com nível superior encontrado são de origem de outras localidades e que foram para a região onde fixaram moradia.

Com o objetivo de conhecer a relação dos moradores com as questões ambientais e com o próprio parque, foi questionado o que eles entendiam por meio ambiente. Houve uma predominância do “ecológico” com 76% das respostas, por eles considerarem que a região possui grandes belezas naturais (Quadro 2).

Quadro 2 – Avaliação da visão ambiental e da influência do turismo e da criação da APA na rotina dos moradores do PNJ e entorno, realizada em 2008 - 2009

Variável	%	Variável	%
1. Visão ambiental		2. Proteção do lugar	
1. Ecológico	76	1. Cuidado com o lixo produzido	58
2. Cultural	4	2. Respeito ao defeso (período em que as autoridades proíbem a captura, o aprisionamento e a comercializações de crustáceos na região)	18
3. Social	4	3. Construções ordenadas	2
4. Econômico	2	4. Proteção da mata nativa	4
5. Todas as respostas acima	8	5. Todas as respostas acima	18
6. Não sei	6	6. Outros	0
3. Importância de proteger o local		4. Como era Jeri antes da APA	
1. Grande	100	A) Cultural (houve mudança?)	
2. Pouca	0	1. Sim	68
3. Indiferente	0	2. Não	16
		3. Não sei	16
B) Social (houve mudança?)		C) Econômico (principal atividade)	
1. Sim	78	1. Pesca	96
2. Não	10	2. Turismo	2
3. Não sabe	12	4. Não sabe	2

Variável	%	Variável	%
D) Trabalho (havia trabalho?) 1. Sim 2. Não 3. Não sabe	56 32 12	5. Havia algum representante do governo? 1. Sim 2. Não 3. Não sabe	24 36 40
6. Havia turistas? 1. Sim 2. Não 3. Não sabe	86 4 10	7. Benefício do turismo 1. Infraestrutura 2. Emprego 3. Dinheiro 4. Outros	14 40 30 16
8. Malefícios do turismo 1. Drogas 2. Prostituição 3. Doenças 4. Outros	60 6 10 24	9. Com a chegada do turismo houve mudança na rotina da vila? 1. Houve mudança nos hábitos 2. A tranquilidade da vila foi alterada 3. As festas tradicionais acabaram 4. Maior fluxo de pessoas 5. A infraestrutura melhorou 6. Empregos foram gerados 7. Outros	18 12 2 10 14 28 16
10. Como é a convivência com os turistas? 1. Indiferente 2. Conflitante 3. Passivamente 4. Amizade 5. Outros	4 6 16 68 6	11. Como gostaria que fosse a convivência? 1. De troca 2. Passiva 3. De amizade 4. Outras	36 30 28 6
12. Você sabe o que é APA? 1. Sim 2. Não	68 32	13. Você sabe por que foi criada a APA? 1. Sim 2. Não	54 46
14. Houve participação da comunidade no processo de criação/implantação da APA? 1. Não 2. Não sei 3. Sem a participação da comunidade	48 46 6	15. Como foi a proposta para a criação da APA? 1. Não teve 3. Não sei	68 32
16. Como foi o comunicado da criação da APA? 1. Reuniões com o Ibama 2. Não foi comunicado 3. Com ordem judicial	44 54 2	17. Houve divulgação da implantação da APA? 1. Sim 2. Não 3. Não sei	6 74 20
18. Havia alguma estrutura? 1. Sim 2. Não 3. Não sei	8 72 20	19. Havia algum trabalho em nome da APA para comunidade? 1. Sim 2. Não 3. Não sei	2 58 40
20. A APA fez alguma diferença na sua vida? 1. Sim 2. Não	24 76	21. Como gostaria que fosse a relação com a APA? 1. Passivamente 2. De troca 3. Não sei 4. Boa e a vila de Jericoacoara continuasse APA	40 34 16 10
22. Havia algum representante do Ibama/APA? 1. Sim 2. Não 3. Não sei	34 30 36		

Quanto ao compromisso de proteção do lugar, 58% dos moradores responderam ter cuidado com o lixo produzido, o que é percebido na prática, já que não se vê lixo nas ruas, nas trilhas e nem na área do parque. A vila tem apenas um gari. O respeito ao defeso e “todas as respostas acima” somam 36%. A pesca além da própria subsistência é a fonte de renda de muitos.

Em relação à questão sobre importância de se proteger o local, 100% consideraram que é grande, mostrando sensibilidade para conscientização ambiental, possivelmente porque os moradores já têm a consciência que dependem dos recursos para sua sobrevivência. O mesmo foi constatado por Drumond (2008), em sua pesquisa nas APAs Alto Taboão e Caparaó - MG, onde as populações analisadas possuem sensibilidade em relação aos problemas ambientais existentes, mesmo desconhecendo que residem em uma Área de Proteção Ambiental.

A maioria dos entrevistados respondeu que houve mudança cultural na região com a chegada de outras pessoas, antes mesmo da criação da APA. Dentre os entrevistados, 68% responderam “sim”, principalmente por causa dos novos costumes e de novos idiomas. A maioria (78%) também mencionou mudança na condição social.

Em relação ao aspecto econômico, 96% dos moradores indicaram que a principal atividade era a pesca, seguida do turismo e “não sabe”, ambos com 2%. Quanto à oportunidade de trabalho para todos, 56% responderam positivamente e 32% negativamente. Com isto, verifica-se que a atividade da pesca sustentava a região, seguida da atividade turística.

Os dados mostram que 40% dos moradores “não sabiam” se antes da criação da APA havia algum representante do governo, seguida de “não” com 36% e “sim” com 24%. O prefeito de Jijoca de Jericoacoara e a Semace sempre estiveram presentes em Jericoacoara. Pode-se depreender que a presença do poder público somente se tornou evidente com a criação das unidades de conservação, mais precisamente pela presença do Ibama para tentar realizar a implantação da APA e depois do parque. Em relação a se havia turistas na região, 86% responderam “sim”.

Quando perguntado aos moradores quais os benefícios do turismo para a região, 40% responderam que seria a geração de empregos e, conseqüentemente, teriam a chance de ganhar mais dinheiro com 30% das repostas, cerca de 14% disseram que o turismo poderia contribuir para a melhoria da infraestrutura. Com relação aos malefícios do turismo para a região, 60% responderam serem as drogas. Este é um dos principais problemas da região, responsável pelo surgimento da violência. Na categoria “outros”, com 24%, citaram o

modismo e novos hábitos. As doenças sexualmente transmissíveis e a prostituição somam 16%, uma frequência considerada alta pelo tamanho da região.

Em relação à mudança na rotina da vila com a chegada do turismo, 28% responderam que empregos foram gerados, os outros 72% responderam que houve mudanças nos hábitos, maior circulação de pessoas, implantação de novos idiomas, a infraestrutura melhorou, a tranquilidade da vila foi alterada, maior fluxo de pessoas e as festas tradicionais acabaram.

A maioria dos entrevistados mencionou a variável “amizade” com 68%, como a principal forma de convivência com o turista, seguida de “convivência passivamente” com 16%. Perguntados como gostariam que fosse essa convivência, a tendência das respostas foi de manter uma relação de troca com os turistas.

Ao serem perguntados se sabiam o que é APA, 68% dos entrevistados responderam “sim” e 54% também responderam “sim” quando perguntados se sabiam o porquê de sua criação. Isso mostra o interesse dos moradores pela região e ao mesmo tempo mostra que a desinformação é muito grande, já que 32% não sabem o que é APA e 46% não sabem por que foi criada.

Quanto à participação dos moradores no processo de criação/implantação da APA, 48% responderam que “não teve”. O mesmo ocorreu quanto à participação na formulação da proposta de criação, quando 68% dos entrevistados disseram que “não teve”, demonstrando que a comunidade ficou completamente alheia ao processo de criação/implantação da unidade de conservação, sendo isso, possivelmente, uma das causas dos conflitos lá existentes.

Perguntados como eles tomaram conhecimento da criação da APA, 54% disseram que não foram comunicados de nenhuma forma. Os moradores costumam dizer que na época eles “dormiram vila e acordaram APA” e, de acordo com uma moradora de Jericoacoara, eles não faziam idéia do que isso seria. Segundo ela, “o governo falou que seria melhor para todos”.

Quanto à divulgação da implantação da APA, 74% responderam que “não teve” e se na APA havia alguma estrutura, 72% responderam “não”, visto que o prédio do Ibama foi construído somente depois da criação.

De acordo com os dados, 58% dos moradores disseram não haver qualquer trabalho em nome da APA. Mas, de acordo com o Ibama, houve um projeto relacionado com reciclagem de lixo. O projeto não teve continuidade por conflitos políticos. Já se a APA fez alguma diferença em sua vida, 76% responderam “não”. Para a maioria não fez diferença pelo fato de a APA ser uma unidade de conservação de uso sustentável e de uso mais permissível em relação às demais unidades de conservação. Isso também concorda com a resposta em que 74% disseram que gostariam de ter uma relação passiva e de troca com a UC.

Quando perguntados se havia algum representante do Ibama/APA, 36% responderam “não saber”. A presença do Ibama somente se tornou evidente depois que foi criada a APA. Entretanto, 34% responderam “sim”, mencionando que o Ibama e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará – Semace sempre estiveram presentes na região.

No Quadro 3, encontram-se os dados em relação à participação dos moradores no processo de criação/implantação do parque, dos quais 66% responderam que “não teve”. O que chama a atenção é que 22% responderam que a comunidade não participou, se sentindo fora das decisões do parque. Entretanto, esse último percentual permite concluir que sequer sabiam se houve ou não participação da comunidade. Quanto à participação na formulação da proposta de criação, 92% responderam “não teve”. Igualmente à APA, os moradores alegaram que “dormiram APA e acordaram parque”, não sabiam o que seria e muito menos que alguns teriam que deixar suas casas.

Quadro 3 – Avaliação do processo de criação do parque e dos efeitos causado na rotina dos moradores do Parque Nacional de Jericoacoara e entorno 2008 – 2009

Variável	%	Variável	%
1. Como foi o processo de criação/implantação do parque? 1. Não teve 2. Não sei 3. Sem a participação da comunidade	66 12 22	2. Como foi a proposta de criação? 1. Não teve 2. Teve proposta com a participação da comunidade 3. Após os moradores assinarem um abaixo assinado, estes foram comunicados.	92 2 6
3. Quais os conflitos decorrentes da criação do parque? 1. Proibição da pesca 2. Proibição de passeios turísticos 3. Proibição da atividade agrícola 4. Restrição na captura do camarão, caranguejo e sururu 5. Limite do parque 6. Normas de uso do Ibama/Semace 7. Implantação do parque sem a participação da comunidade 8. Restrição na construção, desapropriação e venda nas áreas dentro do parque e circunvizinhas 9. Demarcação das trilhas	22 8 12 12 14 10 2 12 8	4. O que é Parque na sua visão? 1. Proteção 2. Preservação 3. Restrição de uso 4. Não sei	44 36 16 4
5. Qual a importância do parque para o Sr. (Sra.)? 1. Preservação e conservação da natureza 2. Promove e incentiva a consciência ambientalista aos turistas e à comunidade 3. Promove benefícios econômicos e fortalecimento das comunidades locais 4. Geração local de empregos 5. Fixação da população no interior 6. Melhoria na infraestrutura (transporte, comunicação, estradas e saneamento) 7. Promoção do artesanato e patrimônio cultural 8. Outros	62 6 2 4 0 4 0 2	6. O Sr. (Sra.) Participou da criação e implantação do parque? 1. Sim 2. Não	2 98

Variável	%	Variável	%
7. Quais os benefícios do parque? 1. Nenhum 2. Aumentar o turismo e entrada de capital 3. Financeiro 4. Emprego 5. Manter o local preservado	72 10 4 4 10	8. O parque faz alguma mudança na sua vida? 1. Sim 2. Não	90 10
9. O parque proibiu, permitiu ou melhorou algo? 1. Proibiu algo 2. Permitiu algo 3. Melhorou	82 0 18	10. Há outra instituição que administra o parque? 1. Sim 2. Não 3. Não sei	26 22 52
13. O Sr. (Sra.) sabe como foi a definição dos limites do PNJ e onde são os limites 1. Sim 2. Não	50 50	14. Houve impactos e problemas com a criação? 1. Sim 2. Não	90 10
15. Os impactos foram? 1. Positivos 2. Negativos 3. Positivos e negativos	0 48 52	16. Como deveria ser a criação e implantação do parque? 1. Participativa 2. Plano de manejo 3. De troca 4. Passiva 5. Não deveria existir	76 2 6 4 12
17. Qual sua visão de futuro sobre o parque? 1. Boa relação 2. De troca 3. Melhoria para a população 4. Não existisse 5. Plano de manejo e fiscalização atuante 6. Piorar	26 8 40 8 10 8		

Quando perguntado aos moradores quais os conflitos decorrentes da criação do parque, 22% responderam “proibição da pesca”, visto que esta é uma das principais atividades da região. A partir da criação do parque, os pescadores não puderam mais pescar em qualquer lugar: a pesca só pode ocorrer a partir de 8 km da costa. Os outros 78% agrupam oito conflitos diferentes (Quadro 3).

Ao ser perguntado o que é parque, 44% responderam “proteção”, seguido de “preservação” com 36%. Com relação à importância da existência do parque, 62% responderam que é importante para preservação e conservação da natureza. Mesmo não tendo sido comunicado ou participado da criação/implantação do parque, como mostra a questão seguinte, os moradores têm a consciência de que a transformação da APA em parque protegerá mais os recursos naturais existentes na região.

Quanto à participação na criação e implantação do parque, 98% dos moradores afirmaram não terem participado, mesmo porque, em pergunta anterior, eles reconheceram que não foram envolvidos no referido processo. Em se tratando de benefícios para a região,

72% responderam “nenhum”, demonstrando que eles ainda estão confusos sobre a os benefícios de uma unidade de conservação.

Quando perguntado se o parque faz alguma diferença na sua vida, 90% responderam “sim”, pelo fato de achar que ele só trouxe problemas e conflitos políticos. E se a existência do parque proibiu, permitiu ou melhorou algo, para 82% dos entrevistados proibiu algo, principalmente com as questões ligadas às atividades econômicas locais (pesca, turismo, transporte e agricultura). Considerando que os moradores não participaram do processo de criação/implantação, eles se sentem perdidos, como, por exemplo, 52% disseram não saber que havia outra instituição, nesse caso a Semace, junto com o Ibama na fiscalização da área.

Quanto à definição do limite do parque, 50% responderam “sim”, ou seja, sabem onde ficam os limites e 50% “não” sabem. Estes já foram modificados, mas pode ser visto pela marcação em campo com os “marcos de cimento” (Figura 15).

Para 90% dos entrevistados, houve impactos e problemas com a criação do parque. Ao serem perguntados sobre que tipo de impacto, 52% disseram que havia impacto positivo e negativo. Entretanto, 48% disseram que tais impactos foram negativos principalmente porque eles se sentiam donos da região, tinham liberdade de ir e vir, utilizar os recursos sem limite, e agora com a criação do parque, eles passaram a seguir normas e leis. Nenhum dos entrevistados relacionou qualquer tipo de impacto positivo, embora em outros momentos do trabalho os moradores tenham tido expectativas positivas com relação à implantação do parque.

Quando perguntado como deveria ser a criação e implantação do parque, 76% disseram que deveria ser participativa. Eles se sentiram enganados, pelo motivo de terem assinado os abaixo-assinados (a favor da criação do parque), sem saber para quê. Se tivesse sido participativo, talvez muitos conflitos teriam sido evitados. Mesmo assim, 48% dos entrevistados gostariam de ter uma boa relação com o parque, sem problemas e conflitos, e outros 40% responderam que o parque trará melhoria para a população.

4.3. Caracterização das comunidades em relação à criação/implantação do Parque Nacional de Jericoacoara

Foram 5 (cinco) comunidades entrevistadas e todas fazem limite com o parque. Cada comunidade tinha uma visão sobre o processo de criação, por isso foram aplicados questionários tanto nas comunidades que faziam limite quanto nas que estavam dentro da área do parque. O entrevistado foi escolhido aleatoriamente, sendo entrevistado aquele que se

encontrava em casa no momento da entrevista, procurando conhecer sua visão e os principais problemas e conflitos gerados.

Quando questionados sobre a visão que cada entrevistado tinha do parque (Figura 9), observou-se que em todas as comunidades há uma mesma tendência de entendimento de que um parque está relacionado com a proteção e preservação. Entretanto, em que medida a criação do parque afetou o dia-a-dia do morador, isso ficou registrado, por exemplo, na comunidade de Mangue Seco, por causa da restrição da captura do camarão, do caranguejo e do sururu, bem como do passeio turístico ao local onde existe população de cavalo-marinho.

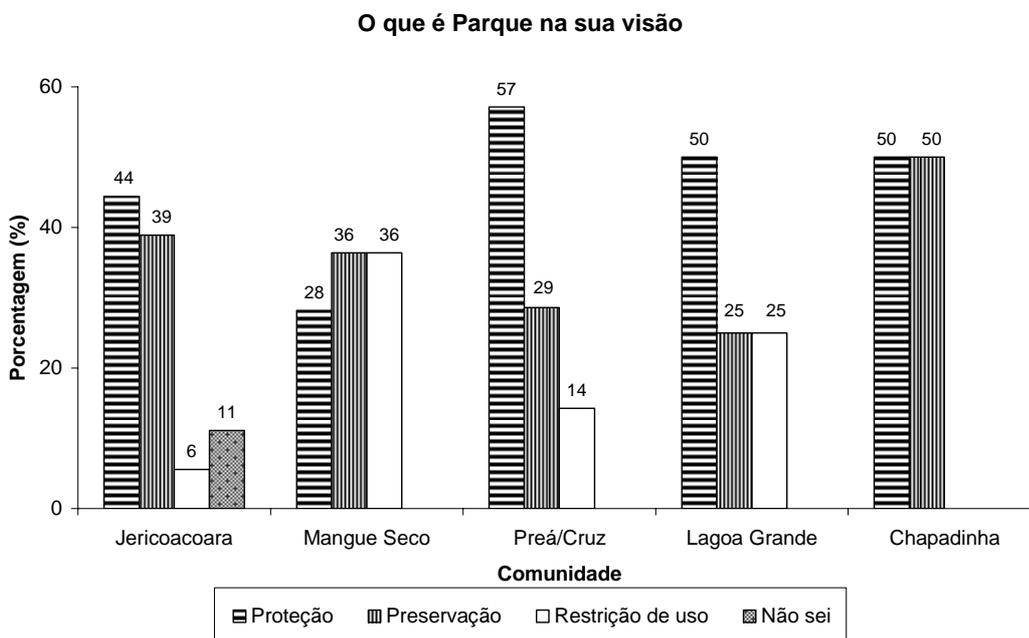


Figura 9 – O que é parque na sua visão, em porcentagem

Nota-se que somente na comunidade de Jericoacoara apareceu a variável “não sei”, pelo fato de alguns moradores terem suas casas no limite externo do parque (entorno). Estes não serão afetados diretamente, ocorrendo assim o desinteresse pelo parque. Nas outras comunidades, as casas estão dentro do parque, são afetados diretamente e, conseqüentemente, possuem reações diferentes dos demais.

Mesmo tendo sua casa dentro do parque e sem saber o que vai acontecer, alguns moradores, como uma moradora de Lagoa Grande, respeitam e acham correto ter transformado a APA em PNJ. Em seu depoimento, ela diz: “minha mãe odiou a transformação, mas eu adorei e para mim parque é preservar tudo que está à nossa volta para que meus filhos possam também ver essa beleza”.

Observando a Figura 10, percebe-se uma visão diferente entre as comunidades com relação ao processo de criação e implantação do PNJ. Possivelmente, isso deve ser uma

reação de como os moradores de cada comunidade foram afetados pelas restrições impostas pela nova situação. Ao mesmo tempo em que moradores de quatro comunidades citaram, em percentuais diferentes, que a criação do parque foi “sem a participação”, em Chapadinha nenhum entrevistado mencionou tal alternativa. Por outro lado, em Lagoa Grande, onde todos os moradores entrevistados estão dentro do perímetro do parque, não houve resposta “não sei”, ou seja, possivelmente por serem diretamente afetados, todos estão procurando se inteirar da situação.

Por outro lado, a falta de informação parece permear todo o processo, como pode ser observado no depoimento de um morador de Lagoa Grande: “Nós assinamos um abaixo-assinado sem saber para o que era; eles nos enganaram e falaram que iria ser uma coisa boa para todos nós e até agora só nos prejudicou; eu não posso mais melhorar minha casa e nem plantar para alimentar minha família. Nós nem sabemos o que é isso, quanto mais que tinha algum processo”.

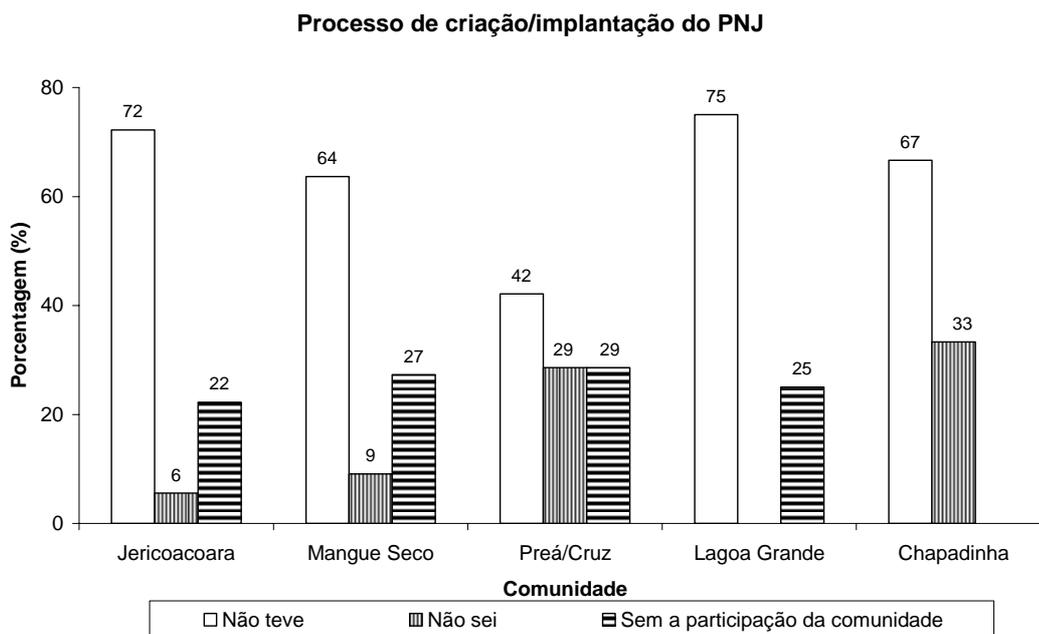


Figura 10 – Processo de criação/implantação do PNJ em porcentagem

Conforme Figura 11, houve resposta praticamente unânime em todas as comunidades com relação à sua participação na criação do PNJ, mencionando que estas não tiveram participação em todo o processo. Somente na comunidade de Mangue Seco houve um pequeno percentual de resposta positiva. Isso se deveu ao fato de a comunidade ser um assentamento do Inca (estas pessoas não serão retiradas) e alguns representantes comunitários terem participado de reuniões com Ibama, mesmo assim declararam que todo o processo já se encontrava pronto.

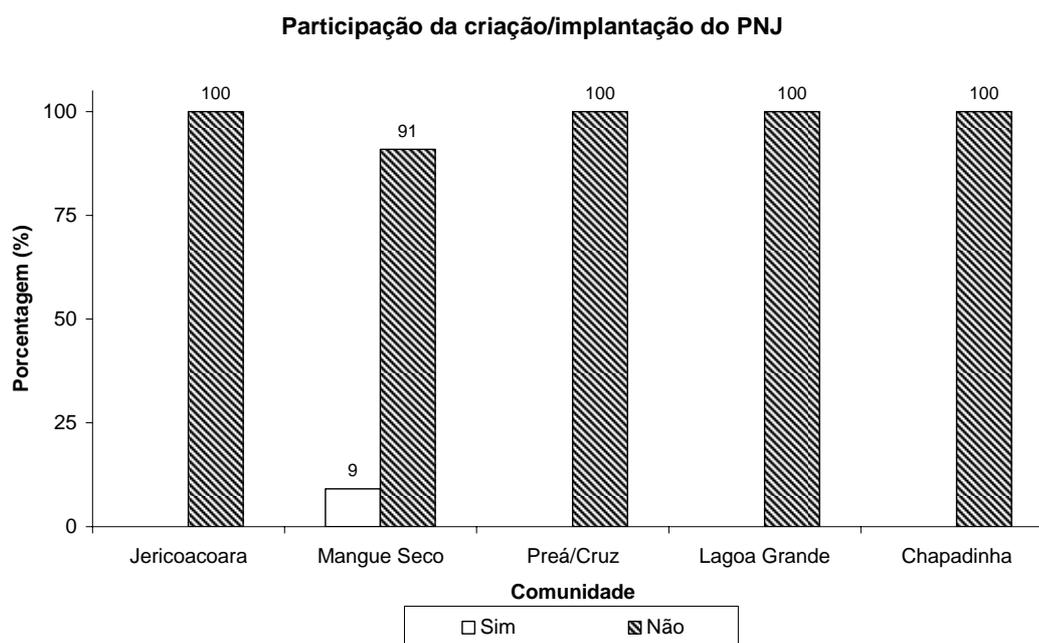


Figura 11 – Participação da criação/implantação do PNJ, em porcentagem

A criação do parque gerou vários conflitos devido à não participação dos moradores (Figura 12).

Uma das principais fontes de renda da comunidade de Jericoacoara é a pesca. Com a criação do parque, normas e leis foram implantadas, trazendo algumas restrições de uso da área para alguns moradores. Os três maiores conflitos citados, totalizando 66% das respostas dos entrevistados, foram a proibição da pesca, pelo fato de os pescadores estarem acostumados à pesca de arraste e após o parque a pesca só pode ser realizada a partir de 8 km da costa pelas normas de uso do Ibama/Semace, havendo ainda restrição na construção, desapropriação e venda das áreas próximas ou dentro do parque.

Em Mangue Seco, o principal conflito foi a proibição da pesca e a restrição na captura do camarão, caranguejo e sururu, com 72% das respostas. Em Preá/Cruz, o conflito que predominou, com 72% das respostas, foi a definição do limite do parque. A comunidade está insatisfeita com os limites e alega ter perdido muita área de praia para o parque.

Nas comunidades de Lagoa Grande e Chapadinha, houve predomínio do conflito relacionado com a atividade agrícola. Ou seja, com a criação do parque, foram proibidos o plantio e o cultivo da terra, sendo esta a principal atividade local.

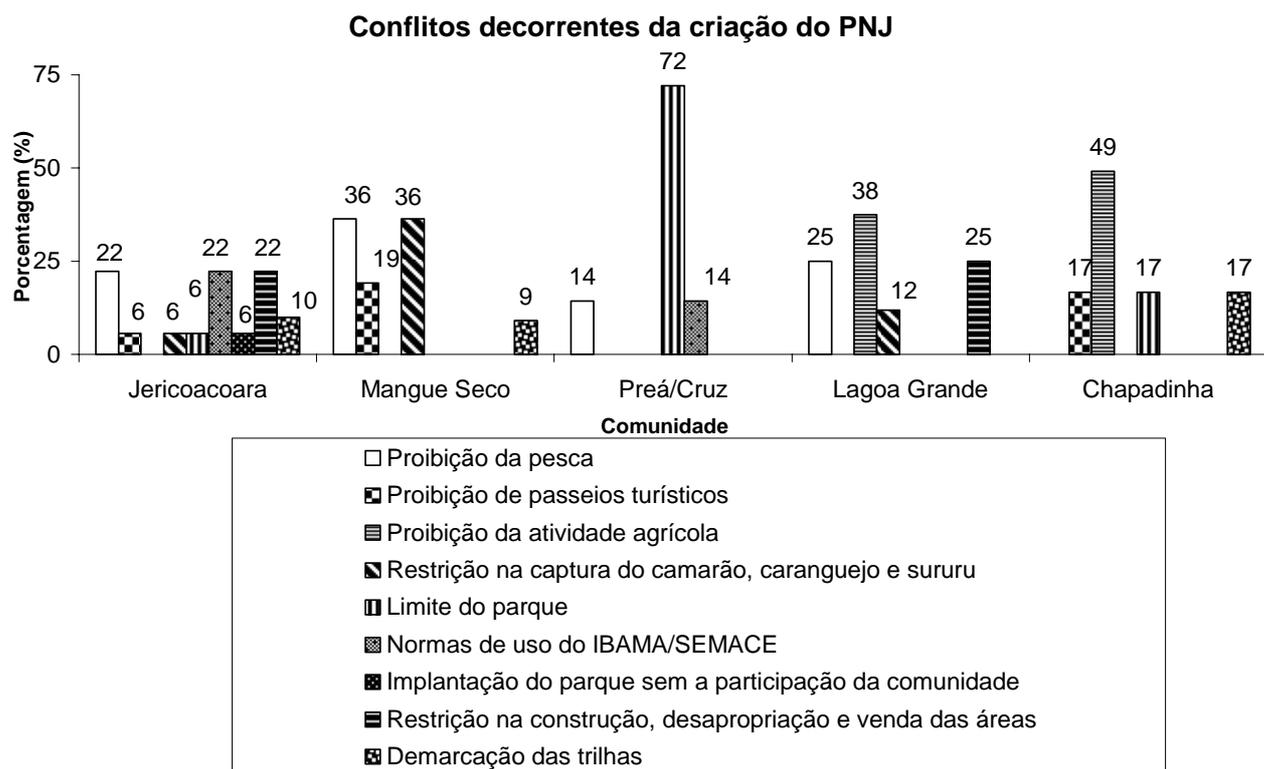


Figura 12 – Conflitos decorrentes da criação do PNJ, em porcentagem

Foi perguntado quais os benefícios que o parque trouxe para as comunidades. Em todas as comunidades predominou nenhum, como mostra a Figura 13.

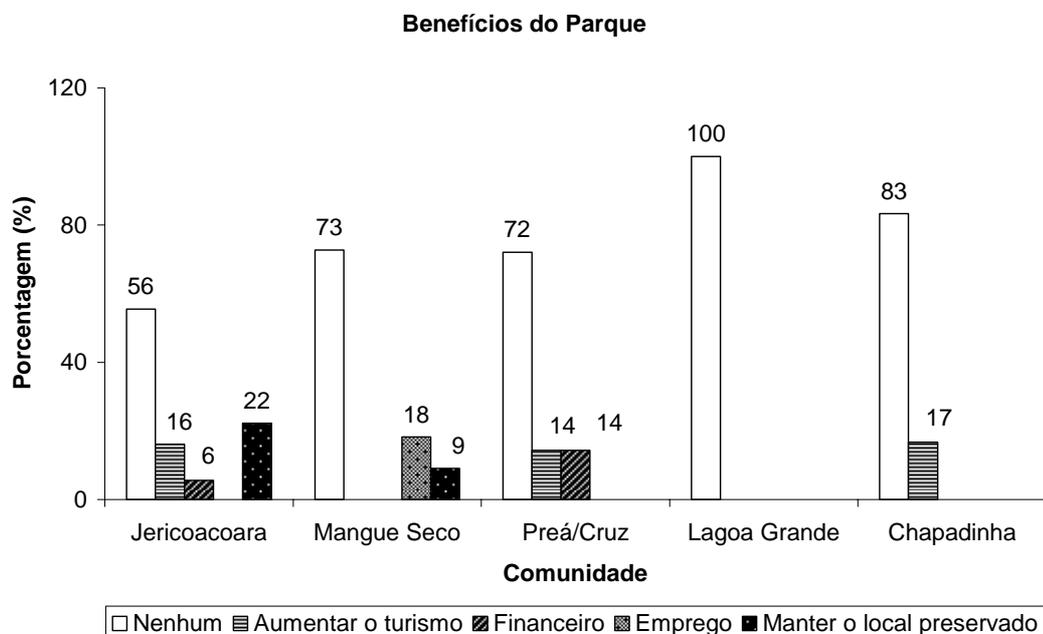


Figura 13 – Benefícios do parque, em porcentagem

Em Lagoa Grande, onde 8 (oito) das 10 (dez) casas estão dentro do parque, os moradores responderam ao questionário, concordando todos que o parque não trouxe e nem

trará qualquer benefício. Nas outras comunidades, mesmo com suas casas dentro do parque, alguns moradores mencionaram alguns benefícios como: manter o local preservado, aumentar o turismo, gerar novos empregos e consequentemente aumentar a renda local.

Posteriormente à criação, o limite do parque foi alterado, procurando tirar o máximo de famílias de seu interior e com isso causar o mínimo de impacto nas comunidades. Foi perguntado se eles sabiam onde era o seu verdadeiro limite. Em duas comunidades, os moradores disseram não saber onde era; nas outras três, disseram conhecer onde terminava a propriedade e começava o parque (Figura 14).

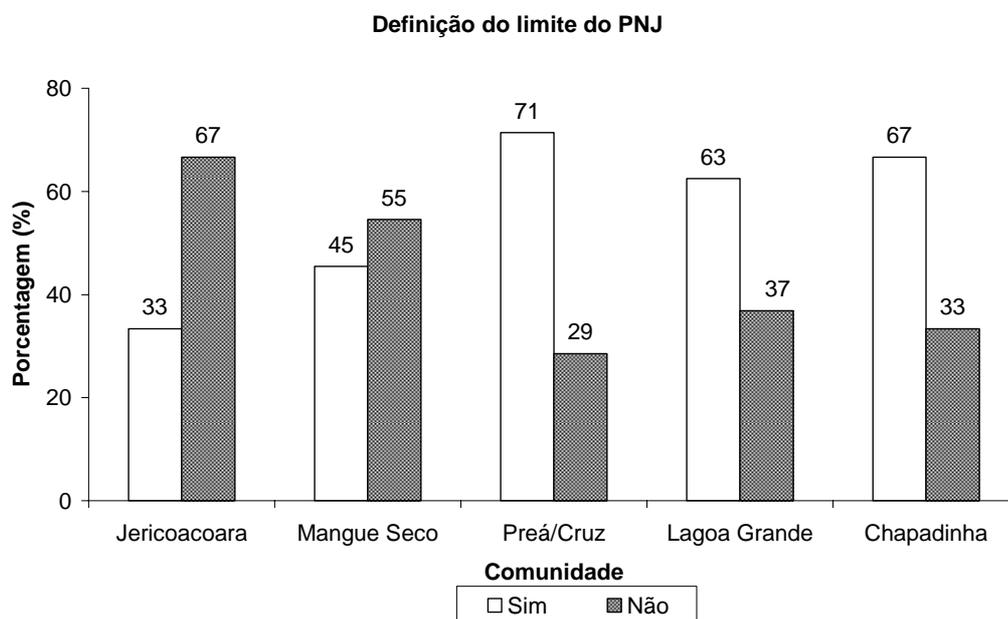


Figura 14 – Conhecimento sobre a definição do limite do PNJ, em porcentagem

Na Vila de Jericoacoara e Mangue Seco, a maioria (67 e 55% respectivamente) disse não conhecer os limites do parque, mesmo existindo delimitação física na área (Figura 15). Talvez a confusão gerada tenha sido pelo fato de os limites terem sido alterados várias vezes.



Figura 15 – Marcos de cimento delimitando o PNJ

Um total de 71% dos moradores entrevistados em Preá/Cruz, 63% em Lagoa Grande e 67% em Chapadinha, sabem onde é o limite do parque, já que este é dividido pela praia ou rua principal (Figura 16).



Figura 16 – Rua de Lagoa Grande limite do PNJ – lado esquerdo da rua é parque

Os vários conflitos existentes na região são na maioria por causa da não participação da comunidade na criação/implantação do parque. Foi perguntado como deveria ter sido a criação/implantação do parque, todas as comunidades responderam que deveria ter sido participativa, em algumas 100% (Figura 17).

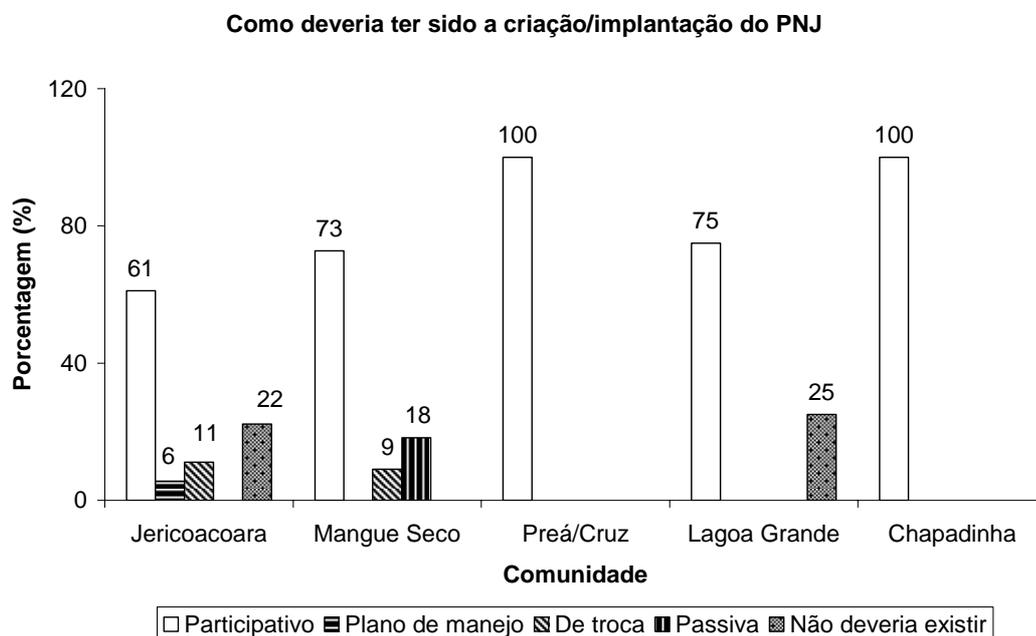


Figura 17 – Como deveria ter sido a criação/implantação do PNJ, em porcentagem

Em Preá/Cruz e Chapadinha, 100% responderam que a criação/implantação do parque deveria ter sido participativa, como menciona um morador do Preá/Cruz: “isso aqui também é nossa vida, sempre moramos aqui e sempre cuidamos; quando eles impuseram o parque sem

perguntar o que achávamos, foi totalmente errado. Se tivéssemos participado, o Ibama não teria nenhum conflito aqui”.

Respostas pelos moradores das comunidades de Jericoacoara e Lagoa Grande sobre a alternativa que o parque não deveria existir é por terem o turismo e a atividade agrícola como principal fonte de renda. A criação do parque trouxe muitas limitações a estas atividades.

A Vila de Jericoacoara teve um maior número de entrevistados pelo fato de ter mais casas no limite ou dentro do parque.

5. CONCLUSÃO

A partir dos dados obtidos, conclui-se que:

- Não houve consulta pública no processo de criação da unidade de conservação em estudo. Os moradores disseram sentir-se enganados e sem perspectiva de benefícios após a efetivação do PNJ.
- O parque tem seus limites definidos, entretanto a maioria dos moradores não tem conhecimento disso.
- Para a maioria dos moradores, a criação do PNJ teve por finalidade a contenção, o crescimento da vila e dos turistas que fixam moradia.
- A comunidade ainda não aceita a mudança de categoria, o que traz frequentes conflitos com os funcionários do Ibama.
- A mudança de categoria ainda não causou impacto direto na comunidade pela falta de fiscalização e do plano de manejo, mas os moradores temem que essa mudança possa prejudicar o turismo e o desenvolvimento regional.
- A área tem grande potencial como parque, mas a efetivação das regras necessita da aceitação e participação da comunidade nas tomadas de decisão.
- A comunidade tem a consciência da necessidade de proteção do parque, faltando-lhe conhecimentos básicos e programas de educação ambiental.
- As famílias que estão dentro da área do parque deverão ser remanejadas mediante desapropriação. Ainda não se tem a definição de quando e quantas famílias serão desapropriadas.
- Os ecossistemas do PNJ ainda se encontram desprotegidos, devido à falta de fiscalização, já que o contingente de funcionários se encontra abaixo do que necessita o parque, e este ainda não possui um plano de manejo.

6. RECOMENDAÇÕES

São vários os aspectos que necessitam ser melhorados no PNJ. Dentre eles, merecem destaque os citados abaixo:

- Promover a participação e a inclusão da comunidade nas tomadas de decisão.
- Elaborar e implantar o plano de manejo com a maior rapidez.
- Intensificar a fiscalização.
- Implantar um programa permanente de educação ambiental.
- Buscar apoio do governo nas atividades locais e treinamentos à atividade turística (guias, transporte e receptivos).
- Permitir passeios turísticos cadastrados e guiados.
- Reativar a usina de reciclagem de lixo, com campanhas educativas e permanentes de coleta.
- Restringir o número de turistas que fixam moradia na vila de Jericoacoara tendo em vista os impactos que o PNJ poderá sofrer.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Federal s/n de 4 de fevereiro de 2002. **Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara no Estado do Ceará, e dá outras providências.** Publicado no D.O.U. de 05/02/2002.

BRASIL. Lei 11.486, 15 de junho de 2007. **Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara.** Publicado no D.O.U. de 15.6.2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Lei.** Brasília, DF, nº 44, agosto, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil** GIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. (org). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, São Paulo: USP, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

BONFIM, V. R. **Diagnóstico do uso do fogo no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** 2001 - 56f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, MG.

BONTEMPO, G. C. **Ocorrência de incêndios florestais e educação ambiental nos parques abertos à visitação pública em Minas Gerais.** 2006 - 144f Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, MG.

BOTELHO, E. M. D; MACIEL, A. J. **Estatística Descritiva (Um curso introdutório).** Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Departamento de matemática. Imprensa universitária da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1983.

CABRAL, M. J. O.; LIMA, M.J.A. **O parque e a comunidade: uma relação de cumplicidade.** In: Congresso e Exposição Internacional de Floresta, 6. 2000. Porto Seguro, BA: **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ambiental Biosfera, 2000.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas: The state of nature – based tourism around the world and guidelines for its development.** IV World Congress on National Parks and Protected Areas. Gland (Suíça) e Cambridge (Inglaterra): IUCN. 1996.

COLOGNESE, S. A. **Formação acadêmica e produção de conhecimentos nos mestrados em sociologia no Brasil.** 1997. 166f Dissertação (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo.** Brasília – DF, 1994.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo.** Brasília-DF: MICT, 1995.

FARIA, R. A. V. B. **Estrutura produtiva de pequenos agricultores e implicações na aquisições de conhecimentos tecnológicos através da educação ambiental.** In: Congresso e Exposição Internacional de Floresta, 6. 2000. Porto Seguro, BA: **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ambiental Biosfera, 2000.

FONTELES, J. O. **Jericoacoara – “Turismo e Sociedade”.** Edição UVA, 2000.

FUNCEME, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. **Características ambientais.** Disponível em: <<http://www.funceme.br>>. Acesso em: 03 de junho de 2009.

GUAPYASSU, M. S. **Unidade de Manejo Sustentável – ajustando o foco para o seu manejo.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande. **Anais...** Vol. I – Conferências e palestras. Campo Grande: 2000.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parque Nacional de Jericoacoara.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/mo.php?seqUc=90>>. Acesso em: 12 de abril de 2008.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Reservas Extrativistas – Populações Tradicionais.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/pop.htm>>. Acesso em: 18 de agosto de 2009.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Caracterização territorial - Posição geográfica, dimensões e limites.** Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/lista/>>. Acesso em: 03 de junho de 2009.

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais.** Coleção turismo. Editora Papirus, 2002.

LIMA, G. S. **Criação, implantação e manejo de Unidades de Conservação no Brasil. Estudo de caso de Minas Gerais – Viçosa.** 2003 - 76f. Dissertação (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, MG.

LIMA, G. S.; RIBEIRO. G. A.; GONÇALVES. W. **Avaliação da efetividade de manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral em Minas Gerais.** Revista Árvore, jul - ago, 2005, vol.29, nº004, p. 647 – 653. ISSN 0100 – 6762. Sociedade de Investigações Florestais – SIF, Viçosa, Brasil, 2005. (<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v29n4/a17v29n4.pdf>).

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica.** 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINS, E. C. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de Jericoacoara no Ceará.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2002.

MILANO, M. S. **Mitos no manejo de Unidades de Conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça.** In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2000, Mato Grosso do Sul. **Anais...** Mato Grosso do Sul, 2000.

MILLER, K. R. **Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o séc. XXI** – Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais...** Curitiba, 1997.

OLIVEIRA, I. A. **Comunidade Tradicional e Reserva das Representações Sociais de Agricultores Familiares do Entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), MG.** Rio de Janeiro, RJ: UFRRJ – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** Campinas, Ed. Papirus, 1997.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –, **Lei 9.985/ 18-07-2000; Decreto nº 4.340/22-08-2002.** 2 ed. aum. Brasília, MMA/SBF, 2002.

VALENTINE, P.S. **Ecotourism and nature conservation: a definition with some recent developments in Micronesia.** Tourism Management, April, 1993, vol.14, no.2, 107-115. Department of Geography, James Cook University, Townsville, Australia.

ANEXO

Questionário - Moradores

Informações Gerais

1. Nome:
2. Sexo: () Feminino () Masculino
3. Idade (anos):
4. Origem (município/unidade federativa):
5. Local de Residência:
6. Há quantos anos o Sr. (Sra.) mora nessa região?
7. Quantas pessoas moram com o Sr. (Sra.)?
8. Quantos filhos?
9. Qual a principal ocupação do Sr. (Sra.)?
Se for a pesca, ela é mais ou menos vantajosa que antigamente?
() Melhor () Pior
10. Como sua família participa da renda da casa? O que fazem?
11. Qual a renda familiar (R\$/mês)? – (Não foi respondido pelos entrevistados)
12. Qual o nível de escolaridade do Sr. (Sra.)?
() Primeiro grau incompleto;
() Primeiro grau completo;
() Segundo grau incompleto;
() Segundo grau completo;
() Nível superior.

Percepção e consciência ambiental

13. O que significa meio ambiente para o Sr. (Sra.)? Não havendo resposta, o meio ambiente para o Sr. (Sra.) é?
() Ecológico – água, fauna, flora, solo e ar;

Malefícios:

20. O que mudou na rotina do Sr. (Sra.) e da sua família com a chegada do turismo?

- Houve mudança nos hábitos;
- A tranquilidade da vila foi alterada;
- As festas tradicionais acabaram;
- Maior fluxo de pessoas;
- A infra-estrutura melhorou;
- Empregos foram gerados
- Outros

21. Como vocês convivem com os turistas e aqueles que chegam e fixam moradias?

- Indiferente;
- Conflitadamente;
- Passivamente;
- Amizade;
- Outras. Qual? _____

22. Como gostariam que fosse essa convivência?

- De troca
- Passiva
- De amizade;
- Outras Qual? _____

Criação da APA

Processo de Criação

23. O Sr. (Sra.) sabe o que é Área de Proteção Ambiental – APA? () Sim () Não

24. O Sr. (Sra.) sabe porque foi criada a APA? () Sim () Não

25. Houve participação da comunidade no processo de criação/implantação da APA?

26. Como foi a proposta para a criação?

27. Como o Sr. (Sra.) foi comunicado da criação da APA?

Implantação da APA

28. Houve alguma divulgação? () Sim () Não () Não sei

29. Tinha alguma infra-estrutura? () Sim () Não () Não sei

30. Havia algum trabalho em nome da APA para comunidade? () Sim () Não
() Não sei

31. A criação da APA fez alguma diferença na sua vida? () Sim () Não

32. Como gostaria que fosse a sua relação com a APA?

Gestão da APA

33. Havia algum representante do Ibama/APA? () Sim () Não

Alteração da APA de Jericoacoara a Parque Nacional de Jericoacoara

34. Como foi o processo de criação/implantação do PNJ?

35. Como foi a proposta de criação?

36. Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PNJ?

37. O que é parque na sua visão?

38. Qual a importância da existência dessa área para o Sr. (Sra.)? Por quê?

() Preservação e conservação da natureza;

() Promove e incentiva a consciência ambientalista aos turistas e a comunidade;

() Promove benefícios econômicos e fortalecimento das comunidades locais;

() Geração local de empregos;

() Fixação da população no interior;

() Melhoria na infra-estrutura (transporte, comunicação, estradas e saneamento);

() Promoção do artesanato e patrimônio cultural.

() Outras. Qual? _____

39. O Sr. (Sra.) participou da criação e implantação do PNJ? () Sim () Não

Por quê?

40. Quais os benefícios que o parque trouxe para o Sr. (Sra.)?

41. Houve alguma mudança na sua vida em geral, na parte social, cultural e econômica?

Sim Não

Se houve: Proibiu algo Permitiu algo Melhorou

42. Além do Ibama há outra instituição que administra o parque?

Sim Não sei Não sei

Se sim, qual?

43. O Sr. (Sra.) sabe como foi a definição dos limites do PNJ e onde são os limites?

44. Como gostaria que fosse a sua relação com o Parque Nacional de Jericoacoara?

Problemas gerados com a criação do Parque Nacional de Jericoacoara

45. O Sr. (Sra.) sabe se houve problemas e impactos gerados com a criação do parque?

Sim Não

Se sim, qual? _____

46. Os impactos foram?

Positivo

Negativo

Positivo e negativo

47. Como deveria ser a criação e implantação do parque?

48. Visão de futuro sobre o PNJ, o que espera e como gostaria que fosse?

Questionário – Administradores do PNJ

Identificação

1. Quantas pessoas trabalham no parque?
2. Quais são as infra-estruturas existentes no parque?
3. Quais os principais problemas para administrar o parque?
 Mão-de-obra
 Financeiros
 Material
 Outros

Criação da APA

4. Qual a justificativa de se criar um PARNA e não uma outra UC?
5. Como foi o processo de criação/implantação da APA?
6. A comunidade aceitou passivamente sua criação?
7. Foi desenvolvido algum projeto? Sim Não
Qual? _____

Alteração da APA de Jericoacoara a Parque Nacional de Jericoacoara

8. Qual a justificativa de se criar um PARNA e não uma outra UC?
9. Como foi o processo de criação/implantação do PNJ?
10. Existe ou existiu algum conflito decorrente da criação do PNJ?
 Sim Não Qual? _____
11. Os moradores da área do parque já foram retirados e indenizados?
 Sim Não Qual? _____
12. O parque possui um plano de manejo? Sim Não Se não, por quê?